



**Daniel Patrício Martins Coelho    Reforço da credibilidade da informação financeira  
como consequência do Regulamento (CE) n.º  
1606/2002; Exigência de uma supervisão do trabalho  
do auditor**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica de António Rodrigues Neto, docente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.

## **Júri**

### **Presidente**

**Helena Coelho Inácio**

Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

### **Orientador**

**António Rodrigues Neto**

Equiparado a Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

### **Arguente**

**Amélia Maria Martins Pires**

Equiparada a Assistente do 2º Triénio da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança

## **Agradecimentos**

O meu sincero reconhecimento e agradecimento ao meu orientador, Dr. António Rodrigues Neto, e ao Dr. Paulo Jorge Ferreira Silva, pelo apoio, orientação, disponibilidade e espírito crítico na supervisão deste trabalho.

À minha família e amigos, em especial ao grupo de amigos de estudo do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, pela amizade e colaboração.

À minha namorada, Liliana, principal força motivadora do meu percurso académico que culmina nesta dissertação.

## **Palavras-chave**

Credibilidade Informação Financeira, Harmonização, Supervisão, Auditoria.

## **Resumo**

Num mundo cada vez mais global e em constante mutação, com as empresas a recorrerem aos mercados de capitais como forma de financiamento, a necessidade de comparabilidade da informação financeira tornou-se uma necessidade premente.

A alteração da forma de financiamento das empresas conduziu a que a informação financeira seja preparada privilegiando um outro tipo de interessados, os investidores.

Os investidores, que não conhecem a estrutura interna das entidades, têm como alicerce do seu processo de tomada de decisão a informação financeira pelo que a sua credibilidade assume preponderância pela sua capital importância.

Foi neste contexto que a União Europeia, de modo a assegurar o funcionamento eficiente do seu mercado de capitais e do mercado interno, emitiu o Regulamento (CE) n.º 1606/2002, integrado num processo harmonizador da informação financeira, que pretende assegurar um elevado grau de transparência e credibilidade da mesma.

Envolvido neste processo, o revisor oficial de contas, na sua função de utilidade pública, assume papel de destaque.

Dotados de informação privilegiada pelo conhecimento profundo das entidades e dos mercados onde operam, os revisores oficiais de contas emprestam à informação financeira uma credibilidade acrescida.

Não obstante, também os revisores oficiais de contas e as sociedades de revisores oficiais de contas, necessitam de constante supervisão de modo a mitigar o risco de falhas que possam comprometer a credibilidade que asseguram à informação financeira.

**Keywords**

Credibility of financial information, Harmonization, Supervision, Audit.

**Abstract**

In a world increasingly global and constantly changing, with companies resorting to capital markets as a means of financing, the need for comparability of financial information has become a pressing need.

The change of form of business financing led the financial information to be prepared favoring another type of stakeholders, investors.

Investors who do not know the internal structure of entities, have financial information as foundation of its decision-making so that its credibility is vital for its preponderance.

It was in this context that the European Union to ensure the efficient functioning of its capital market and the internal market appealed to the Regulation (EC) n.º 1606/2002, in a process of harmonization of financial information that wants to ensure a high degree of transparency and credibility of financial information.

Involved in this process, the auditor in its role of public utility, took a prominent role.

Equipped with insider knowledge of the entities and the markets where they operate, lend increased credibility to financial information.

However, also the auditors and the companies of auditors, need constant supervision in order to mitigate the risk of failure that can undermine the credibility they provide to financial information.

## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO .....	1
2. A CREDIBILIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA .....	4
2.1. NOTA PRÉVIA .....	4
2.2. IMPORTÂNCIA DE INFORMAÇÃO CREDÍVEL .....	6
2.3. GOVERNO DAS SOCIEDADES .....	9
3. O REGULAMENTO (CE) N.º 1606/2002: CONTRIBUTO PARA O REFORÇO DA CREDIBILIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA .....	14
3.1. NOTA PRÉVIA .....	14
3.2. O REGULAMENTO (CE) N.º 1606/2002 .....	17
3.3. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES POR FORÇA DO REGULAMENTO .....	22
4. O IMPACTO NA AUDITORIA: A DIRECTIVA 2006/43/CE .....	28
4.1. NOTA PRÉVIA .....	28
4.2. A INDEPENDÊNCIA .....	30
4.3. A SUPERVISÃO DA PROFISSÃO DE AUDITORIA .....	41
4.4. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES .....	62
5. CONCLUSÃO .....	73
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	78

## **1. INTRODUÇÃO**

A criação da Comunidade Europeia resultou da necessidade de um mercado único de bens e serviços, com a progressiva eliminação das diferenças entre as normas que regulam a actividade económica e o funcionamento dos mercados.

A expansão da área de actuação das empresas e investidores à escala mundial, conduziu à necessidade de harmonização da linguagem contabilística de modo a possibilitar a preparação de informação financeira mais transparente, credível e fiável, susceptível de ser compreendida e comparável além fronteiras.

A adopção do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 de 19 de Julho de 2002 surge, neste contexto, resultando da sua implementação, desde de 1 de Janeiro de 2005, a adopção das Normas Internacionais de Contabilidade na preparação das contas consolidadas das empresas com valores admitidos à negociação e na permissão de os Estados-Membros, por opção, alargarem o leque da exigência da adopção de tais normas a outras contas e/ou entidades.

Pretende a União Europeia que, com este Regulamento, se assegure o funcionamento e relacionamento eficiente do mercado de capitais e dos mercados globais, através de um processo de harmonização da informação financeira que mantenha assegurado um elevado grau de transparência e comparabilidade na informação financeira prestada pelas empresas.

Constata-se assim, que existe uma grande tendência para a convergência das normas contabilísticas a nível internacional. De facto, a transparência e comparabilidade da informação financeira assim o exige.

Os investidores, que emergem das mais diversas partes do mundo, não têm, muitas vezes, o conhecimento do funcionamento das empresas onde investem, pelo que, têm necessidade de confiar na informação financeira prestada pelas empresas. Perante este panorama, emerge o revisor oficial de contas e a auditoria como garante de informação financeira de qualidade, transmitindo uma confiança que é reforçada pela supervisão do trabalho do auditor.

É sobre esta transversal problemática que incide este trabalho, que pretende relacionar e dissecar a importância da informação financeira e o contributo da profissão de auditoria como garante da sua credibilidade.

Após esta introdução, no segundo capítulo deste trabalho pretendemos evidenciar a necessidade de informação financeira de qualidade, o papel do Governo das Sociedades na sua preparação e a necessidade da sua credibilização.

Posteriormente, vamos dissecar o Regulamento (CE) n.º 1606/2002, o impacto da sua adopção nas demonstrações financeiras e o reforço da credibilidade da informação financeira que resultou da sua implementação.

Abordaremos, de seguida, os impactos na auditoria do processo de harmonização implementado na União Europeia, que abrange a adopção do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 e que resulta na alteração de normativos, referentes à auditoria, a nível comunitário com a adopção da Directiva 2006/43/CE e os consequentes reflexos nos normativos nacionais.



Finalizamos com a apresentação de conclusões sobre os capítulos anteriormente referidos e com a divulgação de algumas considerações que julgamos pertinentes.

## 2. A CREDIBILIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA

### 2.1. NOTA PRÉVIA

Todos os dias, nas mais diversas vertentes, somos instados a tomar decisões. Essas decisões serão tanto melhores quanto melhor for a qualidade da informação de suporte que dispomos.

A nível empresarial a informação financeira constitui o elemento fundamental do processo de tomada de decisões, razão pela qual, o correcto funcionamento dos mercados está intrinsecamente ligado à informação financeira, à sua utilidade, qualidade, tempestividade, relevância, fiabilidade, comparabilidade e credibilidade.

Como refere Câmara (2003, p. 92), o efeito conjugado de factores – crises financeiras, a adopção de legislação com efeito inibidor de fraudes, o processo de harmonização e normalização – obriga a tomar medidas em reforço da qualidade e da credibilidade da informação financeira, seja para assegurar uma transição segura e adequada para o contexto de um ambiente de informação financeira preparada e divulgada de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, seja para afastar o espectro das irregularidades e das fraudes contabilísticas e assim resgatar a confiança dos mercados financeiros.

Efectivamente, como descreve Soltani (2007, p. 150), os objectivos de harmonização indicados pelo *International Accounting Standards Board* são:

- a) Desenvolver, no interesse público, um padrão único de normas de contabilidade globais, de confiança, consistentes e compreensíveis de que resulte informação financeira de alta qualidade, transparente e comparável, susceptível de auxiliar os utilizadores dos mercados de capitais, a nível mundial, no processo de tomada de decisão;
- b) Promover o uso e a aplicação rigorosa daqueles padrões; e
- c) Trabalhar activamente com padrões nacionais de modo a conseguir a convergência dos padrões de contabilidade nacionais com os das Normas Internacionais de Contabilidade de modo a conseguir as melhores soluções.

Na prática, refere Soltani (2007, p. 151), o que se visa obter com a utilização de padrões de contabilidade internacionais é um grau de comparabilidade que ajude os accionistas na tomada de decisões e a redução de custos das empresas multinacionais na preparação dos diferentes jogos de demonstrações financeiras de acordo com as exigências dos diversos mercados.

Resulta que, também a nível de auditoria, se verifique uma convergência de interesses e necessidades a nível mundial, daí que se verifique um trajecto similar no desenvolvimento de normas e orientações.

A auditoria constitui um garante da melhoria da qualidade e da credibilidade da informação financeira, no quadro da prossecução do interesse público e do interesse geral a ela subjacentes.

## **2.2. IMPORTÂNCIA DE INFORMAÇÃO CREDÍVEL**

Como constata Guimarães (2003), o mercado de capitais da União Europeia opera num contexto mundial, tal como o demonstra a presença de investidores transfronteiriços, sociedades com cotação múltipla e sociedades estrangeiras registadas nas diversas praças europeias.

Nesta perspectiva, o mercado de capitais Europeu deveria ser atractivo para todos os emitentes e investidores e assegurar-lhes um elevado nível de protecção, beneficiando do reconhecimento à escala mundial.

A União Europeia prossegue estes objectivos, promovendo e exigindo a utilização de normas de elevada qualidade, reconhecidas a nível internacional, no funcionamento do seu mercado de capitais, apoiadas por uma infra-estrutura que assegure a devida aplicação dessas normas.

A credibilidade prestada à informação financeira pelos revisores oficiais de contas, ao proporcionar um elevado nível de segurança, torna-se indispensável para um leque mais alargado de entidades, para além das sociedades que se encontram cotadas na bolsa, tal como o testemunha a actual legislação comunitária que define requisitos em matéria de revisão legal das contas para todas as sociedades de responsabilidade limitada, bancos e seguradoras, refere Guimarães (2003).

Soltani (2007, p. 6) é da opinião que, uma economia onde os mercados de capitais são caracterizados pela criação de instrumentos financeiros altamente sofisticados, pode

conduzir a conflitos de interesses que podem levar os gestores a manipular a informação financeira em prejuízo dos diversos utilizadores da mesma.

O recurso à manipulação da informação ao serviço de interesses privados, conduziu à ocorrência de alguns dos maiores escandalos financeiros, de que são exemplo as empresas Enron (USA), Parmalat (I), Worldcom (USA) e Sumitomo (J), que contaram, em alguns casos, com a conivência dos auditores.

A confiança na profissão de auditoria foi abalada pelo que, para a recuperar e restituir o respeito, a profissão de auditoria deve reconstruir a sua reputação baseada nos princípios históricos de ética e integridade, como observa Soltani (2007, p. 585).

Surgiu, assim, a necessidade de procurar uma melhor protecção dos investidores e uma elevada qualidade da informação, sendo sobejamente evidente a importância do papel da independência da auditoria como garante da credibilidade e fiabilidade das contas das empresas.

É um facto que a segurança absoluta não é alcançável devido a factores como a necessidade de julgamento, o uso de testes, as limitações inerentes a qualquer sistema contabilístico e de controlo interno.

Assim, e se bem que a opinião do auditor aumente a credibilidade da informação financeira, os utentes não podem assumir essa opinião como uma garantia absoluta da credibilidade da entidade, nem tão pouco, quanto à eficácia e eficiência com que os responsáveis geriram a empresa.

Efectivamente, a auditoria contribui significativamente para uma garantia da credibilidade da informação financeira. Contudo, a responsabilidade não recai apenas nos auditores, pelo que, estes constituem somente um dos elementos daquilo que poderíamos chamar o sistema de credibilização.

De facto, o processo de credibilização é transversal. A responsabilidade inicial reside no órgão de gestão, que deve assegurar uma estrutura capaz de actuar correctamente na aplicação das normas contabilísticas apropriadas. Assumem responsabilidades posteriores, pela apreciação das contas, os auditores o órgão de fiscalização e a Assembleia-Geral de accionistas. Assumem também responsabilidades de supervisão sobre determinadas entidades, nomeadamente, a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, o Banco de Portugal e o Instituto de Seguros de Portugal, e, doravante, o Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria.

A credibilidade das demonstrações financeiras é susceptível de ser afectada por relações de promiscuidade entre os auditores e os órgãos de gestão das sociedades sendo, uma vez mais, a manutenção da independência do auditor essencial face ao Governo das Sociedades<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Combinação de processos e estruturas implementados pelo Conselho, com o objectivo de informar, dirigir, gerir e supervisionar as actividades da organização para o alcance dos seus objectivos. (The Institute of Internal Auditors Research Fundation, Março 2007).

---

## 2.3. GOVERNO DAS SOCIEDADES

A responsabilidade pela preparação de demonstrações financeiras de qualidade reside no órgão de gestão, que deve assegurar uma estrutura adequada, em ordem à correcta implementação das normas contabilísticas.

Desde há várias décadas que a necessidade de regulamentação e de mecanismos que permitam melhor controlo e fiscalização dos responsáveis pelo Governo das Sociedades vinha sendo manifestada.

Na verdade, esta necessidade verifica-se pontualmente aquando da ocorrência de crises financeiras ou, ainda, quando se tornam públicos alguns escândalos pela conduta errónea de alguns gestores.

Efectivamente, os diversos colapsos acabaram por ter um denominador comum: a evidência de ter falhado o controlo, interno e externo e o Governo das Sociedades.

O Governo das Sociedades caracteriza-se como um conjunto de princípios ou mecanismos que orientam o processo de tomada de decisão. Procura equilibrar a competitividade e produtividade com uma gestão responsável e transparente assente na objectividade e equidade no tratamento de sócios e accionistas de uma sociedade, na gestão da sua directoria e na responsabilização face a terceiros fornecedores de recursos. Em suma, é um conjunto de mecanismos que controla e fiscaliza a actividade e que visa garantir uma gestão eficaz, eficiente e consentânea com os seus interesses.

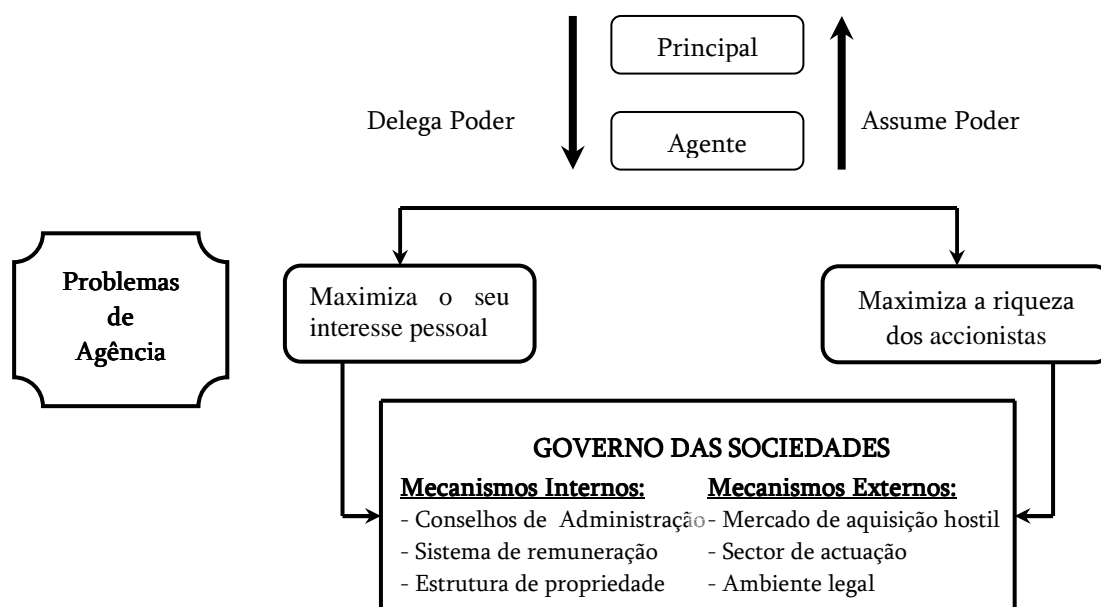
O Governo das Sociedades tem como objectivos melhorar o desempenho organizacional, promover a gestão do risco, aumentar a confiança dos investidores no

mercado de capitais, melhorar a reputação da organização através de melhor transparência e reporte de informação bem como apoiar a prevenção e detecção de comportamentos fraudulentos.

A temática do Governo das Sociedades não é de hoje. A sua génese é geralmente atribuída a Adolph Berle e Gardiner Means (1932) com o trabalho *The Modern Corporation and Private Property* que surgiu na sequência da grande crise de 1929 nos Estados Unidos da América e veio influenciar toda a sua legislação posterior.

O Governo das Sociedades tem subjacente o problema da agência que se caracteriza pelo conflito de interesses entre accionistas, gestores, credores e trabalhadores. Com efeito, a inexistência de regulamentação de monitorização dos gestores pode conduzir a que estes tomem decisões que maximizem os seus interesses em detrimento dos interesses dos proprietários.

- Figura 1 - O problema de agência e o Governo das Sociedades



Fonte: Adaptado de Silveira, A. M. (2002), Governança Corporativa, valor e desempenho da empresa no Brasil, FEA, citado por Cunha e Martins (2007).



Com efeito, procedimentos menos correctos levados a cabo por órgãos de gestão - como a aprovação de remunerações de gestores e executivos, políticas contabilísticas questionáveis, fraudes, acesso a informação privilegiada, evasão fiscal, em conjunto com a escassa regulação e supervisão - culminaram em casos de fraude que originaram alguns dos maiores escândalos recentes, como os ocorridos e referidos anteriormente, que conduziram à necessidade de desenvolvimentos mais profundos no âmbito do Governo das Sociedades.

Na verdade, ao Governo das Sociedades, é dada uma importância quase sazonal, isto porque, o debate sobre esta temática é frequentemente empolado na sequência de grandes crises, como foi o caso da ocorrência de grandes falências nos Estados Unidos da América a que se seguiram alguns casos análogos na Europa. Verifica-se um nexo de causalidade entre as crises e falências verificadas e a necessidade de mudança por parte de reguladores e investidores.

Surgiram, assim, diversas formas de regulamentação, de entre as quais destacamos a *Lei Sarbanes Oxley Act* que refere que o relato anual deve conter um relatório de controlo interno no qual deve ser indicada a responsabilidade da gestão no estabelecimento e manutenção de uma estrutura e procedimentos adequados de controlo interno para reporte financeiro. Deve, também, conter uma avaliação, na data do mais recente ano fiscal, sobre a efectividade da estrutura e procedimentos de controlo interno para reporte financeiro.

Os princípios da *Organisation for Economic Co-operation and Development* foram tomados como referência para a implementação das políticas acerca do Governo das Sociedades em diversos países e empresas. Assentes em linhas mestras como o direito dos accionistas, o tratamento equitativo dos accionistas, o papel dos terceiros fornecedores de recursos, acesso e transparência da informação e a responsabilidade da

direcção e do conselho de administração, regulam o conjunto de princípios orientadores do Governo das Sociedades.

Em Portugal, dado que a concentração da propriedade é elevada, o conflito entre accionistas e gestores tende a ser reduzido (os cargos de administração são maioritariamente desempenhados pelos proprietários), pelo que, a reflexão sobre o Governo das Sociedades surge associada à necessidade de harmonização dos mercados financeiros. Nesse sentido, a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, emanou algumas recomendações sobre o Governo das Sociedades com valores admitidos à negociação em mercados regulamentados (1999 e 2005); emitiu, também, o Regulamento n.º 7/2001 que viria a ser alterado pelos regulamentos n.ºs 11/2003, 10/2005 e 3/2006. Em 2007, por força do regulamento n.º 1/2007, foi revogado o Instituto Português de Corporate Governance que havia sido criado em 2004.

Em 2006, a temática do Governo das Sociedades assumiu um papel de destaque aquando da reforma legislativa do Código das Sociedades Comerciais, por força do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março. O enfoque surgiu, não por a lei portuguesa até essa data desconhecer os problemas relacionados com a direcção e fiscalização das sociedades comerciais, mas sim, por ter assumido aquele, pela primeira vez, como objecto principal de uma reforma legislativa.

O Decreto-Lei n.º 79-A/2006 veio introduzir no Código das Sociedades Comerciais importantes alterações, de entre as quais destacamos o alargamento, para três, dos modelos de fiscalização e administração das Sociedades Anónimas. Assim, nos termos do artigo 278<sup>o2</sup> do Código das Sociedades Comerciais, pela inclusão do modelo anglo-

---

<sup>2</sup> Estrutura da administração e da fiscalização. 1 - A administração e a fiscalização da sociedade podem ser estruturadas segundo uma de três modalidades: a) Conselho de administração e conselho fiscal; b) Conselho de administração, compreendendo uma comissão de auditoria, e revisor oficial de contas; c) Conselho de administração executivo, conselho geral e de supervisão e revisor oficial de contas. 2 - Nos casos previstos na lei, em vez de conselho de administração ou de conselho de administração executivo

---

saxónico, composto por um conselho de administração, uma comissão de auditoria e um revisor oficial de contas, passaram a ser admitidos três tipos de organização interna das Sociedades Anónimas, a definir de acordo com os interesses e a dimensão das sociedades.

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, como verte na sua Recomendação “Código de Governo das Sociedades” (2007-A, p. 3), entende por Governo das Sociedades um sistema de regras e condutas relativo ao exercício da direcção e do controlo das sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado.

A Directiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, atenta ao problema do Governo das Sociedades, tem como objectivo regular a responsabilidade colectiva dos administradores, reforçar a transparência das transacções com partes relacionadas e das operações extra-patrimoniais, bem como, melhorar a divulgação das informações sobre as práticas de governação das sociedades aplicadas pelas mesmas.

Em suma, podemos afirmar que um bom Governo das Sociedades assume um papel decisivo para obtenção de informação financeira de qualidade e contribui decisivamente para o funcionamento eficiente dos mercados de capitais.

---

pode haver um só administrador e em vez de conselho fiscal pode haver um fiscal único. 3 - Nas sociedades que se estruturam segundo a modalidade prevista na alínea a) do n.º 1, é obrigatória, nos casos previstos na lei, a existência de um revisor oficial de contas que não seja membro do conselho fiscal. 4 - Nas sociedades que se estruturam segundo a modalidade prevista na alínea c) do n.º 1, é obrigatória, nos casos previstos na lei, a existência no conselho geral e de supervisão de uma comissão para as matérias financeiras. 5 - As sociedades com administrador único não podem seguir a modalidade prevista na alínea b) do n.º 1. 6 - Em qualquer momento pode o contrato ser alterado para a adopção de outra estrutura admitida pelos números anteriores.

---

### 3. O REGULAMENTO (CE) N.º 1606/2002: CONTRIBUTO PARA O REFORÇO DA CREDIBILIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA

#### 3.1. NOTA PRÉVIA

O processo globalizador que envolve os mercados, resultado das facilidades de comunicação proporcionadas pelas tecnologias de informação e pelo consequente desmantelamento de barreiras ao comércio mundial, é caracterizado pelo crescimento da sofisticação e complexidade das transacções comerciais.

As empresas sentiram a necessidade de encontrar novas formas de financiamento junto de outros mercados e a solução passou pela negociação dos seus valores mobiliários nos diversos mercados bolsistas.

Como observa Freire (2002), a globalização dos mercados financeiros impôs uma discussão profunda em torno da necessidade da harmonização internacional, designadamente, das normas de contabilidade aplicáveis, pelo menos, às entidades com valores mobiliários negociados em mercados regulamentados.

Cumulativamente, e dado o exagerado número de opções incluídas nas directivas contabilísticas comunitárias, a incapacidade demonstrada de as actualizar e modernizar e as dificuldades das empresas em preparar diferentes conjuntos de contas de acordo com as normas contabilísticas dos mercados onde operam, surgiram pressões, exercidas

pelas maiores empresas europeias, no sentido de poderem adoptar normas que fossem admitidas nos distintos mercados onde operam.

Dessa necessidade surgiu, por parte da *International Organization of Securities Commissions*, um trabalho que passou pela celebração de um acordo com o *International Accounting Standards Committee* - hoje *International Accounting Standards Board* - com vista à revisão das Normas Internacionais de Contabilidade de modo a construir um conjunto de normas coerentes, quer nos capítulos de reconhecimento de activos e passivos, quer nos capítulos de apresentação e divulgação, indo de encontro às necessidades dos investidores, constata Freire (2002).

Desenvolvido esse trabalho, que culminou na construção de um conjunto de normas que se assumiram de referência no âmbito da desejada harmonização internacional, prosseguiu-se com um trabalho de análise a nível comunitário, agregando todos os Estados-Membros, que permitiu uma convergência para a construção das normas do *International Accounting Standards Committee*.

Com a obtenção desse referencial de normas de elevada qualidade, essencial para a satisfação das necessidades dos investidores, a *International Organization of Securities Commissions* encerrou o primeiro ciclo de trabalhos recomendando as entidades emitentes a utilizarem-nas.

Em 13 de Junho de 2000, a Comissão Europeia adoptou uma nova estratégia para a contabilidade, elegendo as normas do *International Accounting Standards Committee* como base para a necessária harmonização contabilística, propondo uma estrutura de endosso de normas aplicáveis directamente às entidades com valores admitidos em mercados regulamentados.

Na prossecução dessa estratégia, a União Europeia, de modo a assegurar o funcionamento eficiente do seu mercado de capitais e do mercado interno, recorreu ao Regulamento (CE) n.º 1606/2002, impulsionando um processo harmonizador da

---

informação financeira que mantenha assegurado um elevado grau de transparência e de comparabilidade da informação financeira prestada pelas entidades.

A aprovação, em Julho de 2002, pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho do Regulamento (CE) n.º 1606/2002<sup>3</sup> constitui, numa perspectiva política, uma deliberação sem precedentes, não obstante os mecanismos de controlo político colocados pelo Parlamento Europeu. Na sua essência, a União Europeia transferiu parte do seu poder normalizador para uma entidade privada que não controla, o *International Accounting Standards Board*.

Através da adopção das Normas Internacionais de Contabilidade, a Europa tornou-se a primeira região do mundo a aplicar as Normas Internacionais de Contabilidade, embora sujeitas a prévia aprovação.

A União Europeia pretende manter a confiança nos mercados financeiros facilitando ao mesmo tempo a negociação transfronteiriça e internacional dos valores mobiliários.

Contudo, o processo de harmonização não se restringe à União Europeia. É essencial que as Normas Internacionais de Contabilidade sejam admitidas num dos maiores mercados financeiros do mundo como é o dos Estados Unidos da América. Para tal foi acertado, em 2002, um processo de convergência entre os conjuntos de normas *do International Accounting Standards Board* e do *Financial Accounting Standards Board*<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Nos termos do qual, desde 1 de Janeiro de 2005, foram impostos mínimos em matéria de adopção das Normas Internacionais de Contabilidade, sendo estabelecida a permissão dos Estados-Membros, por opção, alargarem o leque da exigência da adopção das normas a outras entidades.

<sup>4</sup> Organismo responsável pela emissão de normas dos Estados Unidos da América.

---

### 3.2. O REGULAMENTO (CE) N.º 1606/2002

O recurso, por parte da União Europeia, ao Regulamento em detrimento das directivas (principal instrumento utilizado até então) como instrumento jurídico para fazer introduzir nos Estados-Membros as suas disposições, realça a importância dada pela Comissão ao processo normalizador. O Regulamento, ao contrário das directivas, não necessita de transposição para a ordem jurídica interna, pelo que a sua introdução no normativo nacional é directa.

A União Europeia, que através do Regulamento utiliza um mecanismo de endosso (*endorsement*<sup>5</sup>), pretende assegurar o funcionamento eficiente dos mercados de capitais no seio da União Europeia, assim como do mercado interno.

Pretende, ainda, que através da harmonização da informação financeira, seja assegurado um elevado nível de transparência e comparabilidade na informação prestada pelas empresas.

O Regulamento (CE) n.º 1606/2002 assume um formato reduzido, constituído por 11 artigos:

- ✓ O objectivo do Regulamento, é definido no artigo 1º, e visa a adopção das Normas Internacionais de Contabilidade com vista a harmonizar a informação financeira por forma a assegurar um elevado grau de transparência e de comparabilidade das Demonstrações Financeiras.
- ✓ No artigo 2º é apresentada a definição de Normas Internacionais de Contabilidade que, no âmbito deste Regulamento, abrange: *as International*

---

<sup>5</sup> Mecanismo de endosso, nos termos do qual, as normas são aceites ou rejeitadas.

---

*Accounting Standards*, as *International Financial Reporting Standards* e as interpretações do SIC-IFRIC, já adoptadas ou a adoptar.

- ✓ O 3º artigo define as condições de adopção e utilização das Normas Internacionais de Contabilidade, definindo a Comissão que as mesmas apenas podem ser adoptadas se corresponderem ao interesse público europeu e satisfizerem os critérios de inteligibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade da informação financeira.
- ✓ Relativamente às contas consolidadas das sociedades cujos títulos são negociados publicamente, definiu a Comissão que as contas, relativas a exercícios com início em ou depois de 1 de Janeiro de 2005, devem ser preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade.
- ✓ O artigo 5º do Regulamento permite que, os Estados-Membros possam optar pela permissão ou obrigatoriedade, relativamente às contas anuais das sociedades obrigadas a consolidar, nos termos do parágrafo anterior e nas contas anuais e consolidadas de sociedades cujos títulos não são negociadas publicamente, da adopção das Normas Internacionais de Contabilidade.
- ✓ O artigo 6º define as atribuições do Comité de Regulação Contabilística que tem como atribuição prestar assistência à Comissão regulando os procedimentos de comitologia<sup>6</sup>.
- ✓ O artigo 7º dispõe sobre a coordenação entre a Comissão e o Comité de Regulação Contabilística.

---

<sup>6</sup> Termo que designa o procedimento, nos termos do qual incumbe, à Comissão, a obrigação de consultar o Comité antes de aplicar a legislação comunitária.

---



- ✓ Os Estados-Membros sempre que tomem opções nos termos do artigo 5º, devem, de imediato, proceder à respectiva notificação à Comissão e aos demais Estados-Membros, tal como dispõe o artigo 8º.
- ✓ Relativamente às disposições transitórias, os Estados-Membros podem estabelecer que os requisitos do artigo 4º apenas sejam aplicáveis ao exercício a partir de 1 de Janeiro de 2007, relativamente a sociedades cujos títulos de dívida se encontrem admitidos num mercado regulamentado de qualquer Estado-Membro e/ou às sociedades cujos valores mobiliários estão admitidos à negociação num Estado não Membro e que tenha vindo a usar as Normas Internacionais de Contabilidade.
- ✓ É disposto, no artigo 10º, que a Comissão deve, até 1 de Julho de 2007, proceder ao reexame do Regulamento e apresentar relatório ao Parlamento Europeu e ao Conselho.
- ✓ Finalmente é estabelecida a data de entrada em vigor do Regulamento, definida três dias após a publicação no Jornal Oficial das Comunidades Europeias o que aconteceu em 11 de Setembro de 2002.

No exercício da opção contida no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, entendeu o Governo Português exercer uma opção minimalista, constante no artigo 5º do Regulamento, permitindo, relativamente às contas anuais de sociedades cujos títulos são negociados publicamente e às sociedades cujos títulos não estão admitidos à negociação num mercado regulamentado, relativamente às suas contas anuais e/ou consolidadas, a adopção das Normas Internacionais de Contabilidade.

No que concerne ao reexame do Regulamento, referido no seu artigo 10º, constatamos que a Comissão apresentou, em 24 de Abril de 2008, o “Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º

1606/2002, de 10 de Julho de 2002, relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade”, (CEC, 2008), tendo apresentado algumas conclusões que, em nosso entender, permitem obter uma percepção geral da forma como tem vindo a decorrer a implementação das Normas Internacionais de Contabilidade nas empresas que, por obrigatoriedade ou opção, as adoptaram.

De forma resumida, a Comissão, concluiu que, relativamente ao exercício de 2005, em termos gerais, a aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade “... constituiu um desafio para todos os envolvidos, mas foi conseguida sem perturbar os mercados nem os ciclos de apresentação das demonstrações financeiras ...”, o que, tendo em conta “... a alteração completa do regime contabilístico da União Europeia, em relação às empresas abrangidas pelo Regulamento ...” constituiu em grande êxito.

Realça também que, entre os responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, auditores, investidores e autoridades responsáveis pela aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade, existe a percepção geral de que a comparabilidade e a qualidade das demonstrações financeiras melhoraram, o que resultou num aumento de transparência.

Constatou também que a facilidade de compreensão das demonstrações financeiras melhorou significativamente. No entanto, foram também detectadas áreas onde considera existir margem para melhoramentos, nomeadamente, os instrumentos financeiros, as concentrações de actividades empresariais e os pagamentos com base em acções.

Genericamente, a Comissão concluiu que o “primeiro ano de aplicação obrigatória das Normas Internacionais de Contabilidade na União Europeia decorreu, de forma geral, de maneira positiva, embora as alterações regulamentares e a falta de experiência tenham colocado alguns problemas às empresas que tiveram de as utilizar pela primeira

vez”. Concluiu também que, “o processo de aprovação pela União Europeia garante, per se, a qualidade técnica, a legitimidade política e a relevância das normas”.

Parece-nos evidente que deste relatório ressalta a convicção de que a opção tomada pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 constituiu um passo acertado no sentido da harmonização da prática contabilística.

Em nossa opinião, o acumular de experiência dos responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, dos auditores e das demais entidades na aplicação deste novo enquadramento contabilístico, cumulativamente com a realização de algumas correcções tendo em conta as dificuldades detectadas neste relatório, conduzirá ao aumento da credibilização das demonstrações financeiras.

### 3.3. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES POR FORÇA DO REGULAMENTO

A adopção do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 apresenta alguns benefícios como a possibilidade da apresentação de um único conjunto de contas que proporciona a redução de custos significativos, a aceitação directa das contas das entidades nos diversos mercados internacionais e a facilidade de acesso à captação de recursos junto de investidores internacionais.

O recurso às Normas Internacionais de Contabilidade, instituído pelo Regulamento, constitui o reconhecimento implícito de que as directivas comunitárias de natureza contabilística, que serviam até aqui de base contabilística de muitos países (inclusivamente Portugal), deixaram de corresponder às necessidades de relato financeiro visto não acompanharem o desenvolvimento dos mercados.

O Regulamento, em nossa opinião, afigura-se como um autêntico campo minado para a Auditoria. Se por um lado a subjectividade das Normas Internacionais - assentes em princípios e não em regras - permite diferentes assunções e julgamentos dando assim um novo nível de importância à auditoria, por outro lado, dada a sua subjectividade, apresenta-se traiçoeira para a auditoria sendo, eventualmente, necessário o recurso a peritos de modo a poder expressar opinião com boa margem de segurança.

No entendimento de Reis (2008, p. 147), a entrada em vigor do Regulamento exaltou algumas contradições entre as suas considerações preambulares e o resultado do seu articulado. Efectivamente, apesar das pretensões de harmonização no espaço Europeu, e, porventura no espaço mundial, a amplitude da sua aplicação manifestou-se aquém do desejado. Efectivamente, a sua obrigatoriedade apenas se estende às contas consolidadas de entidades com valores admitidos à negociação o que se revela manifestamente

insuficiente face ao reduzido impacto no tecido empresarial Português caracterizado por empresas de pequena e média dimensão.

Segundo Cravo (2005, p. 13,14), em resultado de uma análise preliminar às divulgações efectuadas pelas entidades com valores admitidos à negociação que utilizaram as Normas Internacionais de Contabilidade, constataram-se as seguintes áreas de divergência entre o normativo nacional<sup>7</sup> e as Normas Internacionais de Contabilidade:

- ✓ Diferenças no tratamento contabilístico do *goodwill* e do *badwill*;
- ✓ Inclusão de novas empresas no perímetro de consolidação;
- ✓ Alteração, em alguns casos, de método de consolidação;
- ✓ Apresentação dos interesses minoritários;
- ✓ Diferenças nas regras de reconhecimento e de desreconhecimento dos activos incorpóreos;
- ✓ Revalorização dos activos;
- ✓ Alteração das políticas de amortizações;
- ✓ Tratamento da imparidade dos activos tangíveis;
- ✓ Desreconhecimento de proveitos diferidos;
- ✓ Tratamento dos subsídios governamentais;
- ✓ Investimentos disponíveis para venda;
- ✓ Instrumentos de capital vs instrumentos de passivo;
- ✓ Tratamento dos derivados numa base de justo valor;
- ✓ Investimentos em associadas;

---

<sup>7</sup> Constante no Plano Oficial de Contabilidade e nas Directrizes Contabilísticas.

- ✓ Impostos diferidos;
- ✓ Provisões para passivos ambientais e capitalização dos gastos associados;
- ✓ Desreconhecimento de provisões não conformes com a Norma Internacional de Contabilidade 37;
- ✓ Não apresentação de resultados extraordinários;
- ✓ Gratificações ao pessoal e planos de compra de acções.

Não obstante essas divergências- que levaram ao reconhecimento de importantes diferenças nos resultados e nos capitais próprios - em Portugal, dadas as características do seu tecido empresarial, o impacto inicial foi relativamente moderado.

Constata-se a tendência de implementação gradual das Normas Internacionais de Contabilidade.

Efectivamente, após tratamento do resultado da consulta pública ao projecto do Sistema de Normalização Contabilística proposta pela Comissão de Normalização Contabilística, foi o mesmo aprovado. O Sistema de Normalização Contabilística efectua uma adaptação das Normas Internacionais de Contabilidade a aplicar pelas demais entidades, em substituição do actual Plano Oficial de Contabilidade.

De acordo com Cravo (2005, p. 16), a proposta da Comissão de Normalização Contabilística, assenta em dois níveis de normalização: o primeiro adstrito às contas consolidadas de entidades com valores admitidos à negociação e o segundo adstrito às demais contas e entidades.

Os destinatários preferenciais das demonstrações financeiras divergem, consoante os níveis referidos, o que deveria conduzir a demonstrações financeiras preparadas em bases diferentes de acordo com os objectivos pretendidos e não assentarem numa

estrutura conceptual única que está direccionada para produzir informação para o mercado.

Em nossa opinião, a aprovação da proposta da Comissão de Normalização Contabilística, impõe uma necessária e especial atenção quanto aos mecanismos de *enforcement* a utilizar e desenvolver.

Se quanto ao primeiro nível de normalização, a que se refere Cravo, esse *enforcement* será, na sua essência, efectuado pelos revisores oficiais de contas, quanto ao segundo nível, tal não se afigura de fácil resolução. As entidades integradas no segundo nível de normalização apenas são reguladas esporadicamente por força de inspecções da administração fiscal ou das actividades económicas, o que, dada a importância e complexidade das alterações resultantes da proposta da Comissão de Normalização Contabilística, se manifesta claramente insuficiente.

Será necessário que o Sistema de Normalização Contabilística seja implementado na sua plenitude e essência, e que a sua implementação não se reduza à simples reclassificação de rubricas e manutenção de princípios.

Constatamos que a aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade exige um esforço significativo tanto por parte das empresas, como por parte dos profissionais de contabilidade e de auditoria.

Efectivamente, e não obstante o facto de em Portugal o trabalho de adaptação ao novo sistema estar um pouco simplificado pela anterior emissão de directrizes contabilísticas que traduziam o essencial de algumas Normas Internacionais de Contabilidade, a alteração de um normativo para outro apresenta dificuldades.

Mais uma vez é evidenciada a necessidade do papel de *enforcement*<sup>8</sup> desempenhado pelos revisores de contas, responsáveis em primeira instância por garantir o cumprimento das Normas Internacionais de Contabilidade pelas entidades que, quer por obrigação quer por opção, as utilizam. De facto, como refere Cravo (2005, p. 16), não é suficiente que as normas existam, é essencial criar mecanismos que façam com que as mesmas funcionem e sejam efectivamente aplicadas.

A adopção das Normas Internacionais de Contabilidade conduziu à necessária implementação de um novo modelo contabilístico, que traz desafios de vária ordem e, por força deste um novo modelo, uma nova forma de entender e aplicar a contabilidade, influenciando de forma determinante o Governo das Sociedades.

O facto de as Normas Internacionais de Contabilidade se desenvolverem com base em princípios e não em regras pode conduzir a conclusões distintas sobre o tratamento da mesma situação.

Com efeito, sobre determinada matéria podem existir tratamentos distintos. Factos como a introdução do conceito de justo valor que pode conduzir a ganhos ou perdas não realizados susceptíveis de afectar as demonstrações dos resultados, o tratamento diferenciado das fusões e aquisições, o cálculo e tratamento do goodwill, as reavaliações de activos, entre muitos outros, destacam o cuidado e coerência necessária no tratamento contabilístico e realçam o importante papel do revisor oficial de contas como garante da credibilidade da informação financeira de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*enforcement*).

---

<sup>8</sup> Sem equivalência no léxico contabilístico Português, compreende um conjunto de procedimentos existentes num país com o fim de assegurar a adequada aplicação dos princípios e normas contabilísticas vigentes, bem como o adequado reporte.

---



Dentro da estratégia prevista no Regulamento (CE) n.º 1606/2002, o Parlamento Europeu e o Conselho emanaram, a 18 de Julho de 2003, a Directiva 2003/51/CE que altera as Directivas 78/660/CEE, 83/349/CEE, 86/635/CEE e 91/674/CEE.

Esta directiva, designada por “Directiva de Modernização Contabilística”, visa, essencialmente, assegurar a coerência entre a legislação contabilística comunitária e as Normas Internacionais de Contabilidade.

Transposta para a ordem jurídica nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, vem introduzir algumas alterações no ordenamento jurídico nacional, nomeadamente, alterações relativas à consolidação de contas (condições de aplicação e dispensa de consolidação de contas), alterações nos conceitos de provisões, no enunciado do princípio da prudência, introdução de novos conceitos como os de ajustamentos de valores do activo, alterações ao Código das Sociedades Comerciais (conteúdo do relatório de gestão de contas individuais e consolidadas, o conteúdo da certificação legal de contas, entre outros).

O Decreto-Lei n.º 35/2005 refere-se, na prossecução dos objectivos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade e define a obrigatoriedade da sua aplicação nos termos neste enunciados.

## **4. O IMPACTO NA AUDITORIA: A DIRECTIVA 2006/43/CE**

### **4.1. NOTA PRÉVIA**

Num contexto de incerteza quanto ao parceiro comercial ou de desconhecimento quanto à real situação económica da empresa onde se pretende investir, os agentes económicos tendem a exigir contrapartidas mais elevadas para o negócio a realizar, a retrain os investimentos, ou, pura e simplesmente, a recusar liminarmente qualquer tipo de transação, se a informação financeira não for clara ou não assegurar total confiança.

Na nossa perspectiva, aos revisores oficiais de contas, cabe assegurar que a informação financeira sobre a qual expressam opinião seja, com razoável margem de segurança, um retrato fiel do desempenho e da posição financeira das respectivas entidades, transmitindo segurança e proporcionando confiança aos investidores.

Aqueles profissionais constituem, assim, o primeiro nível de supervisão da informação financeira e desempenham um papel decisivo ao proporcionar um elevado nível de segurança acerca da qualidade da informação financeira.

De facto, a opinião do revisor oficial de contas, sustentada numa revisão independente e objectiva, beneficiando de um conhecimento profundo das entidades e do sector onde operam, constitui um garante da qualidade da informação financeira de grande valor.

Contudo, a ocorrência dos escândalos financeiros já referidos, pôs em evidência algumas deficiências e limitações e fez pairar sobre os revisores oficiais de contas algumas nuvens, que suscitaram preocupação face à aparente falta de independência dos mesmos. Seguiu-se uma erosão da confiança dos investidores nos mercados de capitais a

nível mundial, tendo sido claramente afectada a confiança do público relativamente à profissão de auditoria.

Os organismos profissionais de supervisão não ficaram imunes a críticas e o seu papel foi colocado em causa.

O revisor oficial de contas é responsável pela formação e expressão de uma opinião profissional e independente sobre as demonstrações financeiras. Não sendo responsável pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras assume-se como um elemento dissuasor de erros e fraudes.

Daí que o papel de independência do auditor e a sua supervisão estejam na ordem do dia, de modo que a obtenção de informação financeira de qualidade e credível seja uma realidade.

Neste âmbito, destacamos a atenção para a eficiência dos sistemas de fiscalização respeitantes a sociedades com valores admitidos à negociação que merecem natural prioridade, como se pode constatar pelas diversas alterações legislativas que referiremos posteriormente.

Poucos são os agentes que têm um conhecimento tão aprofundado da entidade e do sector de actividade onde esta opera, a posse de adequadas capacidades técnicas, a conduta de independência face aos órgãos de gestão e o interesse público que reveste a sua intervenção.

A melhoria é sempre possível e, na nossa opinião, o contributo da auditoria para o incremento da credibilidade da informação financeira vai melhorar, consideravelmente, por força da Directiva 2006/43/CE que prevê, entre outras, um conjunto de medidas relativas à melhoria da qualidade do trabalho dos revisores oficiais de contas e da sua independência de que falaremos com detalhe mais à frente.

## 4.2. A INDEPENDÊNCIA

A partir da ocorrência dos escândalos financeiros referidos, foi posta em evidência a importância do papel da independência da auditoria como garante da credibilidade e da fiabilidade das demonstrações financeiras das empresas.

O paradigma da independência assume primordial importância no âmbito do processo de credibilização da informação financeira, pelo que a sua presença deve ser permanente e transversal a todo o processo.

Não faz sentido solicitar ao auditor que seja independente se, na génese dos normativos, não existir também esse cuidado e estes se apresentarem enviesados, tolhidos por inferências indevidas.

É crucial, nomeadamente, a independência do processo de elaboração de normas, de contabilidade e auditoria, face a qualquer interferência de terceiros com um interesse nos resultados do processo normalizador e harmonizador.

O princípio da independência profissional constitui, na opinião de Reis (2008, p. 230), a trave mestra da profissão de auditoria.

Efectivamente, como sustenta Soltani (2007, p. 585,586), a manutenção da independência do auditor é um desafio para os reguladores e para a profissão. A independência é vital para a integridade das demonstrações financeiras. Os profissionais de auditoria devem manter a objectividade e estar livres de conflitos de interesses.

A recomendação nº 2002/590/CE, da Comissão, de 16 de Maio, classifica a independência como critério fundamental e prioritário de garantia de credibilidade e

fiabilidade dos trabalhos dos revisores oficiais de contas. Assenta no princípio fundamental de que a independência é o alicerce para a criação ou manutenção da confiança do público.

Sobre a recomendação, “A independência dos revisores oficiais de contas na União Europeia: um conjunto de princípios fundamentais”, refere Duque (2003), que o mercado de capitais, apoiado numa economia de mercado aberta, assenta em dois grandes pilares: confiança e informação. A confiança na informação, o tipo e a qualidade da informação para desenvolvimento de confiança e conclui que, “o que a recomendação pede é que, no fundo, o revisor não seja apenas, mas também pareça que é, independente”.

De facto, os auditores devem ser independentes quer de facto quer em aparência. Efectivamente, as aparências importam dado que influenciam a opinião dos utentes da informação financeira e deste modo contribuem para a sua credibilização.

É essencial que sejam alcançados os objectivos que visam assegurar que os investidores, e outras partes interessadas, possam confiar na precisão da auditoria para evitar conflitos de interesses e reforçar a protecção contra escândalos similares aos ocorridos, tal como realça Soltani (2007, p. 166).

Os revisores independentes assumem um papel importante neste processo, adicionando credibilidade às medidas e divulgações da contabilidade.

A presença dos revisores oficiais de contas é essencial no mercado de capitais, essencialmente do ponto de vista dos investidores externos, dado que as demonstrações financeiras certificadas são o meio mais importante que lhes pode comunicar o desempenho das administrações das empresas, (Soltani 2007, p. 599).

Os princípios de independência e objectividade, como referimos anteriormente, assumem primordial importância na revisão legal de contas. Ciente desse desígnio, o Parlamento Europeu e o Conselho, vêm com a Directiva 2006/43/CE, uma vez mais, dispor sobre essas matérias.

Essa Directiva define que os Estados-Membros devem assegurar que os revisores oficiais de contas e/ou as sociedades de revisores oficiais de contas sejam independentes relativamente à entidade auditada e que não se encontrem envolvidos nas decisões dessa entidade. Devem os Estados-Membros assegurar que não se realizem revisões legais de contas quando exista qualquer relação, seja ela financeira, empresarial, de trabalho ou de qualquer outro tipo, entre o revisor oficial de contas e a entidade revisada.

Os revisores legais de contas ou as sociedades de revisores legais de contas devem aplicar salvaguardas a fim de atenuar as ameaças, e, quando estas assim o justifiquem, escusar-se à realização da revisão legal de contas.

As ameaças que possam comprometer a independência, bem como as medidas de salvaguarda aplicadas para mitigar essas ameaças devem ser devidamente registadas nos papéis de trabalho.

Os Estados-Membros devem ainda assegurar que, os revisores oficiais de contas e as sociedades de revisores oficiais de contas se mantenham imunes a intervenções dos proprietários e accionistas das mesmas, que possam comprometer a independência e objectividade da revisão de contas.

A Directiva reafirma o que já havia sido proposto na Recomendação, “A independência dos revisores oficiais de contas na União Europeia: um conjunto de princípios fundamentais”, relativa à independência dos auditores e que é sustentada por uma abordagem baseada em princípios.

Consagra o princípio de que o revisor deve ser independente da entidade que audita e não deve, em nenhuma circunstância, envolver-se no processo de gestão da mesma. O revisor oficial de contas deve demonstrar e documentar que nenhuma das suas acções ou relações comprometeu a sua independência no âmbito do exercício das suas funções.

A preocupação com a delimitação de serviços que possam proporcionar uma interferência, directa ou indirecta, no sistema de tratamento informático e de difusão de informação financeira ou os serviços que possam afectar os resultados financeiros das empresas, é, em nossa opinião, justificada.

Na Directa 2006/43/CE e de modo a fazer face a estas preocupações, são elencadas uma panóplia de incompatibilidades, visando proteger o revisor oficial de contas de realizar qualquer tarefa susceptível de comprometer a sua independência. De facto, existem actividades que comportam um nível de risco elevado susceptível de afectar a sua independência, tais como a participação na gestão das empresas e a prestação simultânea de serviços de consultoria e de auditoria.

Pretende-se evitar que o auditor no exercício da sua actividade seja colocado numa posição que, objectiva ou subjectivamente, possa diminuir a sua liberdade e capacidade de formular uma posição justa e isenta.

Os normativos nacionais já atentavam a estas preocupações e já dispunham no mesmo sentido. O Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários n.º 6/2000 Auditores, referia alguns aspectos que devem ser assegurados, como sejam:

- ✓ Existência de meios humanos, técnicos e financeiros que garantam um trabalho de qualidade, objectividade e independência (artigo 6º);
- ✓ Não dependência financeira do auditor face a um dado cliente (artigo 6º/2 e));

- ✓ Não beneficiação de vantagens particulares do cliente ou das entidades que com ele se encontrem em relação de domínio ou de grupo (artigo 11º);
- ✓ Não detenção de valores mobiliários emitidos pelo cliente ou por entidades que com ele se encontrem em relação de domínio ou de grupo (artigo 6º);
- ✓ Observância dos diversos deveres constantes no Código de Ética e Deontologia da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

O capítulo décimo da Directiva 2006/43/CE vem incrementar algumas disposições. Assim, e relativamente às entidades que realizam revisões legais de contas a entidades de interesse público, dispõe que:

- a) Confirmem anualmente por escrito ao Comité de Auditoria a sua independência relativamente à entidade de interesse público examinada;
- b) Divulguem anualmente ao Comité de Auditoria todos os serviços adicionais eventualmente prestados à entidade examinada; e
- c) Examinem com o Comité de Auditoria as ameaças à sua independência e as medidas de salvaguarda aplicadas para atenuar estas ameaças, documentadas nos termos do n.º 3 do artigo 22º.

Consagra também que os revisores ou sociedades de revisores oficiais de contas responsáveis pela realização da revisão legal de contas de entidades de interesse público devem publicar no seu sítio da internet, no prazo de três meses a contar do fim de cada exercício financeiro, relatórios anuais de transparência, que devem ser assinados pelo(a) responsável pela revisão, e incluir informações acerca de:

- a) “Uma descrição da estrutura jurídica e da propriedade;

---

<sup>9</sup> 3. Os Estados-Membros devem assegurar que o revisor oficial de contas ou a sociedade de revisores oficiais de contas registe nos documentos de trabalho da revisão ou auditoria todas as ameaças importantes que possam comprometer a sua independência, bem como as medidas de salvaguarda aplicadas para limitar esses riscos.

---



- b) Sempre que a sociedade de revisores oficiais de contas pertencer a uma rede, uma descrição da rede e das disposições jurídicas e estruturais da rede;
- c) Uma descrição da estrutura de governação da sociedade de revisores oficiais de contas;
- d) Uma descrição do sistema interno do controlo de qualidade da sociedade de revisores oficiais de contas e uma declaração passada pelo órgão de administração ou de direcção relativamente à eficácia do seu funcionamento;
- e) Uma indicação de quando foi realizada a última verificação de controlo de qualidade a que se refere o artigo 29.<sup>o10</sup>;

---

<sup>10</sup> 1. Cada Estado-Membro deve assegurar que todos os revisores oficiais de contas e sociedades de revisores oficiais de contas se encontram sujeitos a um sistema de controlo de qualidade, que respeite, pelo menos, os seguintes critérios: a) O sistema de controlo de qualidade deve ser organizado de modo que seja independente dos revisores oficiais de contas e sociedades de revisores oficiais de contas objecto de controlo e que esteja sujeito a supervisão pública descrita no capítulo VIII; b) O financiamento do sistema de controlo de qualidade deve estar garantido e deve ser isento de qualquer eventual influência indevida por parte de revisores oficiais de contas ou de sociedades de revisores oficiais de contas; c) O sistema de controlo de qualidade deve dispor de recursos adequados; d) As pessoas que realizam as verificações de controlo de qualidade devem ter uma formação profissional adequada e experiência relevante nos domínios da revisão legal das contas e da informação financeira, juntamente com uma formação específica em matéria de verificações do controlo de qualidade; e) A selecção das pessoas para trabalhos específicos de verificações de controlo de qualidade deve ser efectuada com base num procedimento concebido de molde a assegurar que não haja quaisquer conflitos de interesses entre essas pessoas e o revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas sujeito a verificação; f) O âmbito das verificações do controlo de qualidade, apoiado por um teste adequado dos dossiês de revisão ou auditoria seleccionados, deve incluir uma apreciação do cumprimento das normas de auditoria aplicáveis e dos requisitos de independência, da quantidade e qualidade dos recursos utilizados e dos honorários de auditoria facturados, assim como uma avaliação do sistema interno de controlo de qualidade da sociedade de revisores oficiais de contas; g) A verificação do controlo de qualidade deve permitir a elaboração de um relatório que contenha as principais conclusões dessa verificação; h) As verificações do controlo de qualidade devem decorrer, pelo menos, com uma periodicidade de seis anos; i) Os resultados globais do sistema de controlo de qualidade devem ser publicados numa base anual; j) O revisor oficial de contas ou a sociedade de revisores oficiais de contas deve acompanhar, num prazo razoável, as recomendações formuladas, aquando do termo da verificação de qualidade. Se não for dado seguimento às recomendações referidas na alínea j), o revisor oficial de contas ou a sociedade de revisores

- f) Uma listagem das entidades de interesse público relativamente às quais a sociedade de revisores oficiais de contas realizou uma revisão legal das contas no exercício financeiro precedente;” (excepcionalmente dispensável na medida necessária para atenuar uma ameaça iminente e significativa à segurança pessoal);
- g) “Uma declaração sobre as práticas de independência da sociedade de revisores oficiais de contas, que confirme igualmente a realização de uma análise interna da conformidade destas práticas de independência;
- h) Uma declaração sobre a política seguida pela sociedade de revisores oficiais de contas no que diz concerne à formação contínua dos revisores oficiais de contas prevista no artigo 13<sup>o11</sup>;
- i) Informações financeiras que demonstrem a relevância da sociedade de revisores oficiais de contas, tais como o volume de negócios total repartido pelos honorários auferidos pela revisão legal das contas anuais e consolidadas e pelos honorários facturados relativamente e outros serviços de garantia de fiabilidade, serviços de consultoria fiscal e outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria;
- j) Informações quanto à base remuneratória dos sócios.”

---

oficiais de contas ficam sujeitos às medidas ou sanções disciplinares previstas no artigo 30º, se aplicáveis.  
2. A Comissão pode aprovar, nos termos do n.º 2 do artigo 48º, medidas de execução a fim de reforçar a confiança pública na função de revisão legal das contas e de assegurar uma aplicação uniforme das alíneas a), b) e e) a j) do n.º 1.

<sup>11</sup> Os Estados-Membros devem assegurar que seja exigida aos revisores oficiais de contas a participação em programas adequados de formação contínua, a fim de manterem um nível suficientemente elevado de conhecimentos teóricos, de qualificação profissional e de valores deontológicos, e que o incumprimento dos requisitos em matéria de formação contínua se encontra sujeito a sanções adequadas, de acordo com o previsto no artigo 30º

---

Cada entidade de interesse público deve ter um Comité de Auditoria, sendo os Estados-Membros responsáveis pela definição dos critérios da sua composição. No entanto, impõe a Directiva que, pelo menos um membro do Comité de Auditoria deve ser independente e ter competência nos domínios de contabilidade e/ou revisão ou auditoria.

Não obstante a responsabilidade dos membros do órgão de administração, de direcção, de fiscalização, ou de quaisquer outros designados, à Comissão de auditoria cabe, entre outros:

- a) O acompanhamento do processo de informação financeira;
- b) O controlo da eficácia dos sistemas de controlo interno, da auditoria interna, sempre que aplicável, e da gestão de risco da empresa;
- c) O acompanhamento da revisão legal das contas anuais e consolidadas;
- d) A análise e o controlo da independência do revisor oficial de contas ou da sociedade de revisores oficiais de contas e, em especial, da prestação de serviços adicionais à entidade examinada.

As sociedades de interesse público devem basear a designação do revisor ou da sociedade de revisores oficiais de contas em recomendação do Comité de Auditoria.

O Comité de Auditoria deve ser informado de todas as situações fundamentais detectadas no âmbito da revisão legal de contas, como sejam as insuficiências materiais de controlo interno do processo de informação financeira.

No décimo capítulo, está também previsto que, os Estados-Membros, mediante condições previstas nas alíneas a), b), c) e d)<sup>12</sup> no número 6 do artigo 41º, possam

---

<sup>12</sup> Os Estados-Membros podem dispensar da obrigação de ter um Comité de Auditoria:

a) Entidades de interesse público que sejam empresas filiais na acepção do artigo 1º da Directiva 83/349/CEE, se essas entidades cumprirem os requisitos enunciados nos n.ºs 1 a 4 do presente artigo a

---

dispensar da obrigação da existência de uma Comissão de auditoria, a entidades de interesse público que sejam subsidiárias, entidades de investimento colectivo, entidades cuja única actividade seja agir como emitentes de valores mobiliários garantidos por activos e a instituições de crédito cujas acções não sejam admitidas à negociação num mercado regulamentado dos Estados-Membros.

Face a estas disposições, a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, na republicação do seu Estatuto, procedeu à revisão do conceito de auditoria, tornando-o agora mais abrangente, cujo espectro passa a incluir os exames e outros serviços relacionados com as contas das empresas ou de outras entidades efectuadas de acordo com as normas de auditoria em vigor.

As actividades que constituem funções dos revisores oficiais de contas, para além das que integram as actividades de interesse público, sofreram também algumas alterações, tendo sido alargado o seu âmbito de aplicação. Tais funções estão agora previstas de forma mais clara e definida.

Assim, podem constituir funções do revisor oficial de contas a docência, o exercício de funções de membros de comissões de auditoria e de órgãos de fiscalização ou de

---

nível do grupo; b) Entidades de interesse público que sejam organismos de investimento colectivo definidos no n.º 2 do artigo 1º da Directiva 85/611/CEE; os Estados-Membros podem dispensar também as entidades de interesse público cuja única finalidade seja o investimento colectivo de capitais prestados pelo público, que operem como base no princípio da repartição do risco e que não procurem assumir o controlo legal ou da gestão de qualquer dos emitentes dos seus investimentos subjacentes, desde que tais organismos de investimento colectivo sejam autorizados e sujeitos a supervisão pelas autoridades competentes e tenham um depositário exercendo funções equivalentes às previstas na Directiva 85/611/CEE; c) Entidades de interesse público cuja única actividade seja agir como emitentes de valores mobiliários garantidos por activos, na acepção do n.º 5 do artigo 2º do Regulamento (CE) n.º 809/2004 da Comissão (2). Em tais casos, os Estados-Membros devem exigir que a entidade explique ao público as razões por que não considera adequado ter um Comité de Auditoria ou órgão de administração ou de fiscalização encarregado de desempenhar as funções de um Comité de Auditoria; d) Instituições de crédito na acepção do n.º 1 do artigo 1º da Directiva 2000/12/CE cujas acções não sejam admitidas à negociação num mercado regulamentado em qualquer Estado-Membro, na acepção do ponto 14º do n.º 1 do artigo 4º da Directiva 2004/39/CE, e que tenham, de forma contínua ou repetida, emitido apenas valores mobiliários representativos de dívida, desde que o montante total nominal desses valores

---

supervisão de empresas ou outras entidades, a consultoria e outros serviços no âmbito de matérias inerentes à formação e qualificação profissional dos revisores oficiais de contas, designadamente avaliações, peritagens e arbitragens, estudos de reorganização e reestruturação de empresas e outras entidades, análises financeiras, estudos de viabilidade económica e financeira, formação profissional, estudos e pareceres sobre matérias contabilísticas e fiscais, revisão de declarações fiscais e revisão de relatórios ambientais e de sustentabilidade e as funções de administrador ou gerente de sociedades participadas por sociedades de revisores oficiais de contas.

Deste modo, o exercício de quaisquer destas funções não põe em causa o regime de dedicação exclusiva que o revisor oficial de contas adopte.

Dispõe, ainda, sobre a necessidade da existência de uma rotação do sócio ou sócios principais responsáveis pela realização da revisão legal de contas, em ciclos máximos de sete anos, podendo regressar após dois anos de interregno. O revisor oficial de contas ou o sócio principal que realiza a revisão não pode assumir posições de gestão na entidade pública por um período mínimo de dois anos contados após a cessação das suas funções.

“Os diversos organismos que desenvolvem a sua actividade no domínio de supervisão, da contabilidade e auditoria dependem fortemente de financiamentos e, não obstante o papel primordial que desempenham na Comunidade, nenhum dos beneficiários propostos no âmbito do programa comunitário beneficia de qualquer apoio financeiro do orçamento comunitário, o que pode afectar as suas missões respectivas, as quais são decisivas para o funcionamento do mercado interno” refere a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que institui um programa comunitário de apoio a actividades específicas no domínio dos serviços financeiros, da informação financeira e da auditoria (CEC, 2009, p. 12).

---

mobiliários se mantenha inferior a 100 000 000 EUR, e que não tenham publicado um prospecto ao abrigo da Directiva 2003/71/CE.

---

De modo a promover a independência destas instituições, é nossa opinião que, deve ser instituído um programa comunitário de apoio garantindo o seu co-financiamento, proporcionando-lhes um financiamento claro, estável, diversificado, sólido e adequado de modo a permitir-lhes levar a cabo a sua missão de interesse público de um modo independente e eficiente.

A independência é, como referimos no início deste capítulo, uma necessidade transversal, no sentido de não ser diminuída a margem de livre apreciação dos contabilistas e dos auditores na realização dos seus trabalhos e de modo a proporcionar informação financeira credível e merecedora de confiança.

A fim de preparar um modelo adequado de supervisão é essencial analisar e avaliar como é interpretado o grau de independência do auditor.

### 4.3. A SUPERVISÃO DA PROFISSÃO DE AUDITORIA

Historicamente, na Europa, a supervisão dos auditores é realizada pelos respectivos organismos profissionais, os quais se encontram agrupados na *Fédération des Experts Comptables Europeens*, Costa (2007, p. 147).

Refere Costa (2007, p. 147) que, nos Estados Unidos da América e como forma de reacção aos citados escândalos financeiros, no âmbito da *Lei Sarbanes-Oxley Act* que visava, entre outros objectivos, reforçar o regime de independência dos auditores e criar uma autoridade de supervisão pública dos profissionais de auditoria, foi criado o *Public Company Accounting Oversight Board* com intuito de proteger os interesses dos investidores e, também, o interesse público na preparação do relatório de auditoria de modo que o mesmo seja informativo, exacto e independente.

A *Lei Sarbanes-Oxley Act* veio pôr fim a um sistema predominantemente autoregulatório onde pontificava o *American Institute of Certified Public Accountants*<sup>13</sup>.

A nível comunitário constataram-se as mesmas preocupações. Contudo, e ainda que agravadas por esses factores, as preocupações são anteriores ao escândalo Enron e similares do mesmo período, como se pode verificar não só pelo Livro Verde da Comissão sobre “O papel, a posição e a responsabilidade do revisor oficial de contas na União Europeia” (1996), mas também pela comunicação da Comissão “O futuro da revisão oficial de contas na União Europeia” (1998) e a recomendação da Comissão

---

<sup>13</sup> Associação profissional dos técnicos de contabilidade e auditoria nos Estados Unidos da América.

“Controlo de qualidade da revisão oficial de contas na União Europeia: requisitos mínimos” (2001).

O Comité de Auditoria tem seguido uma estratégia que assenta em três vectores essenciais: a garantia da qualidade externa, a independência dos revisores oficiais de contas e as normas de auditoria.

Em 1996, a Comissão organizou uma reflexão de grande alcance sobre a finalidade e necessidade de mais acções ao nível da União Europeia sobre a função de auditoria. Essa reflexão foi iniciada pelo Livro Verde da Comissão e as respostas ao mesmo sugeriram a necessidade de acção a nível da União Europeia, para além das constantes na Oitava Directiva que lidam de forma abrangente com a aprovação do Estatuto dos Auditores. As conclusões foram incluídas na comunicação da Comissão em 1998, intitulada “O futuro da revisão oficial de contas na União Europeia”.

Constata Soltani (2007, p. 166), que a comunicação de 1998 da Comissão propôs a criação de um Comité de Auditoria que iria desenvolver acções em estreita cooperação entre os profissionais da contabilidade e os Estados-Membros sendo o principal objectivo melhorar a qualidade da revisão legal das contas.

Paralelamente, foi emitida uma comunicação da Comissão para o Conselho e para o Parlamento Europeu – *Reinforcing the Statutory Audit in the EU* – sobre as prioridades para a auditoria, definindo uma agenda que contemplava um plano dividido em prioridades de curto prazo e medidas de médio prazo.

As prioridades de curto prazo apontavam para a modernização da Oitava Directiva, reforço da regulação na União Europeia, fortalecimento da supervisão pública sobre a profissão de auditoria e exigência da utilização das Normas Internacionais de Auditoria para todas as revisões legais de contas, a partir de 2005.



A médio prazo, apontava-se para a melhoria dos sistemas de sanções disciplinares, o aumento da transparência das empresas de auditoria e das suas redes, o Governo das Sociedades, o reforço dos comités de auditoria e de controlo interno, o reforço da independência e do código da ética e o aprofundamento do mercado interno de serviços de auditoria.

Estas iniciativas têm como objectivo melhorar a qualidade da auditoria e a sua eficácia para restaurar a credibilidade da informação financeira e reforçar a protecção da União Europeia contra os escândalos financeiros. Visam também modernizar as regras desactualizadas, tais como a Oitava Directiva de 1984, refere Soltani (2007, p. 169).

No mesmo sentido, constatam Gil e Guiné (2006, p. 43), aquando da realização dos trabalhos preparatórios da Recomendação sobre controlo de qualidade emitida pela Comissão, que o Comité de Auditoria da União Europeia, quando instado sobre a supervisão pública da actividade de revisor oficial de contas, recomendava que a supervisão fosse realizada por um organismo público que contasse no seu conselho com uma maioria de não profissionais do ramo, a fim de manter a confiança do público.

É ainda referida a necessidade de reforçar a supervisão da auditoria na nota dirigida ao Conselho Informal Ecofin (Abril de 2002) denominada “Uma primeira resposta da União Europeia às questões relacionadas com a Enron”, onde se chama a atenção para a necessidade de os organismos públicos de supervisão envolverem quadros de outros sectores que não a revisão legal das contas.

Posteriormente, a propósito do controlo de qualidade, é efectuada, na comunicação sobre o reforço da revisão oficial de contas, uma referência à *Lei Sarbanes Oxley-Act*, o que, em nosso entender, demonstra que a União Europeia comunga das mesmas preocupações no reforço da harmonização a nível intercontinental.

A recomendação da Comissão, de 16 de Maio de 2002, “A independência dos revisores oficiais de contas na União Europeia: um conjunto de princípios fundamentais”, assenta no princípio fundamental de que a independência é o alicerce para a criação ou manutenção da confiança do público, representando assim, um valor acrescentado para todos os *Stakeholders* com interesses nas sociedades.

Como observa Soltani (2007, p. 178), a *Fédération des Experts Comptables Européens*, organismo que representa a profissão de contabilidade na Europa, propôs que os padrões de auditoria às contas na União Europeia exigissem revisores de contas para executar procedimentos de auditoria compatíveis com as Normas Internacionais de Auditoria e executar procedimentos e relatórios de exame em matérias adicionais de modo a dar resposta a necessidades legais, regulamentares e outras específicas estabelecidas a nível nacional.

Segundo Câmara (2003), o efeito conjugado destes factos obriga a tomar medidas de reforço da qualidade e da credibilidade da informação financeira, seja para assegurar uma transição segura e adequada para o contexto de um ambiente de informação financeira preparada e divulgada de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, seja para afastar o espectro das irregularidades e das fraudes contabilísticas e, assim, resgatar a confiança dos mercados financeiros.

A União Europeia optou por uma abordagem similar à dos Estados Unidos da América, que visa, numa base de reciprocidade, obter o reconhecimento das empresas e profissionais de auditoria por parte das autoridades Norte-Americanas. Assim a Directiva 2006/43/CE do Parlamento e do Conselho, de 17 de Maio de 2006 visa, nomeadamente, regulamentar as regras que permitam garantir e reforçar a independência dos auditores e a criação de uma entidade de supervisão pública da profissão em termos europeus.

Embora em alguns aspectos similar, a opção europeia apresenta-se mais flexível do que a Norte-Americana. Segundo as disposições do Despacho n.º 4217/2006 de 22 de Fevereiro de 2006, a proposta de Directiva propunha-se, ainda assim, regulamentar o registo (aprovação), autorização e reconhecimento mútuo no quadro da União Europeia dos revisores e das sociedades de revisores oficiais de contas, a execução da revisão legal das contas e o controlo de qualidade das auditorias, contemplando ainda um regime sancionatório e de inspecções, bem como regras garantísticas (da independência) aplicáveis à designação, destituição dos profissionais e das sociedades de auditoria, e ainda um regime especial para as entidades de interesse público.

É evidente o papel de destaque que, no âmbito do processo de harmonização, é assumido pela função do revisor oficial de contas e da auditoria.

Ao longo do último século a auditoria tem resistido a muitas dificuldades, quer sejam causadas por grandes alterações dos mercados quer pela sua regulação, daí que este novo desafio seja encarado com responsabilidade e optimismo.

Surge neste contexto a “nova” Oitava Directiva que incide, essencialmente, no reforço e harmonização da função de auditoria na União Europeia, estabelece princípios para a supervisão pública em todos os Estados-Membros e a utilização das Normas Internacionais de Auditoria para todas as auditorias conduzidas na União Europeia e fornece uma base para a cooperação entre os diversos reguladores, como refere Soltani (2007, p. 161,2).

O controlo de qualidade dos revisores oficiais de contas, bem como da auditoria, tem sido uma das grandes preocupações na União Europeia. A Recomendação da Comissão de 15 de Novembro de 2000, relativa ao controlo de qualidade da revisão oficial de contas na União Europeia: requisitos mínimos, refere, no seu terceiro parágrafo, que o “...controlo de qualidade constitui a principal forma de o sector assegurar ao público e

às autoridades regulamentares que os revisores oficiais e as sociedades de revisão de contas exercem a sua actividade com um nível que satisfaz as normas de auditoria estabelecidas, bem como os critérios de ética...” contribuindo decisivamente para a credibilidade das demonstrações financeiras por eles certificadas.

De facto, o desenvolvimento de mecanismos de financiamento das empresas altamente sofisticados, os instrumentos de derivados complexos (futuros, opções, swaps, forwards, produtos estruturados), exige que seja levada a cabo uma formação contínua dos revisores oficiais de contas de forma a manterem actuais os seus conhecimentos, sob pena de não ser efectuado um trabalho adequado por parte dos mesmos.

Ciente das preocupações, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia, dispõe na Directiva 2006/43/CE, a obrigação de os Estados-Membros assegurarem a manutenção da qualidade dos revisores oficiais de contas, devendo para o efeito, recorrer a programas de formação contínua de modo a que mantenham os conhecimentos teóricos, de competência profissional e de valores deontológicos.

Define ainda, no sexto capítulo, que os Estados-Membros devem assegurar que todos os revisores oficiais de contas e sociedades de revisores oficiais de contas se encontram sujeitos a um sistema de controlo de qualidade, que respeite, pelo menos, os seguintes critérios:

- a) “O sistema de controlo de qualidade deve ser organizado de modo que seja independente dos revisores oficiais de contas e sociedades de revisores oficiais de contas objecto de controlo e que esteja sujeito a supervisão pública;
- b) O financiamento do sistema de controlo de qualidade deve estar garantido e deve ser isento de qualquer eventual influência indevida por parte de revisores oficiais de contas ou de sociedades de revisores oficiais de contas;

- c) O sistema de controlo de qualidade deve dispor de recursos adequados;
- d) As pessoas que realizam as verificações de controlo de qualidade devem ter uma formação profissional adequada e experiência relevante nos domínios da revisão legal das contas e da informação financeira, juntamente com uma formação específica em matéria de verificações do controlo de qualidade;
- e) A selecção das pessoas para trabalhos específicos de verificações de controlo de qualidade deve ser efectuada com base num procedimento concebido de molde a assegurar que não haja quaisquer conflitos de interesses entre essas pessoas e o revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas sujeito a verificação;
- f) O âmbito das verificações do controlo de qualidade, apoiado por um teste adequado dos dossiers de revisão ou auditoria seleccionados, deve incluir uma apreciação do cumprimento das normas de auditoria aplicáveis e dos requisitos de independência, da quantidade e qualidade dos recursos utilizados e dos honorários de auditoria facturados, assim como uma avaliação do sistema interno de controlo de qualidade da sociedade de revisores oficiais de contas;
- g) A verificação do controlo de qualidade deve permitir a elaboração de um relatório que contenha as principais conclusões dessa verificação;
- h) As verificações do controlo de qualidade devem decorrer, pelo menos, com uma periodicidade de seis anos;
- i) Os resultados globais do sistema de controlo de qualidade devem ser publicados numa base anual;

- j) O revisor oficial de contas ou a sociedade de revisores oficiais de contas deve acompanhar, num prazo razoável, as recomendações formuladas, aquando do termo da verificação de qualidade.”

Não obstante o facto de em Portugal a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários promover o controlo interno de qualidade do trabalho dos auditores externos, o que se verifica é que este ainda não é conseguido na sua plenitude.

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários efectuou o inquérito “Organização e meios para a prestação de serviços de auditoria” (2007-B, p. 11), relativamente aos procedimentos de controlo interno de qualidade implementados pelos auditores registados, tendo observado os seguintes resultados:

- “Quatro auditores, correspondentes a 9% dos auditores registados, confirmaram não ter implementado procedimentos de controlo interno de qualidade.
- Dentro dos 43 auditores que indicaram ter implementado procedimentos de controlo interno de qualidade, apenas 30 designaram um responsável na SROC pelo controlo interno de qualidade.
- Sendo que em apenas 18 auditores há o procedimento de emitir relatórios internos com as conclusões do controlo de qualidade efectuado.”

Como podemos verificar, não obstante se possa constatar que existe uma maioria de auditores que afirmam efectuar procedimentos de controlo interno de qualidade, o número de auditores que documenta esse controlo é relativamente reduzido. Daí que, em nossa opinião, seja necessário o reforço do *enforcement* que a Directiva 2006/43/CE procura implementar.

Uma das principais alterações ao Estatuto<sup>14</sup> da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas referiu-se, por força das disposições desta Directiva, ao regime de controlo de qualidade a que se encontram sujeitos os revisores oficiais de contas, que continuará sob a sua alçada mas sob a supervisão do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria. Como se verifica, a criação da nova entidade de supervisão, como atrás referimos, vem esvaziar a Ordem de algumas das suas competências.

Relativamente ao controlo de qualidade, acresce o capítulo décimo da Directiva 2006/43/CE que, os revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores de contas responsáveis pela revisão legal de contas de entidades de interesse público, devem ser alvo de verificação do controlo de qualidade com uma periodicidade mínima de três anos.

Se não for dado seguimento às recomendações, o revisor oficial de contas ou a sociedade de revisores oficiais de contas podem cair no âmbito do regime de medidas ou sanções disciplinares.

---

<sup>14</sup> Resultante também da transposição da Directiva 2006/43/CE, surgiu a necessidade, por parte da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, de proceder a actualizações no seu Estatuto. Na sua sequência, o Conselho de Ministros aprovou, pelo Decreto-Lei n.º 225/2008 de 20 de Novembro de 2008, o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Como Refere Joaquim Guimarães (2008), a profissão de revisor oficial de contas foi institucionalizada através do Decreto-Lei n.º 1/72 (1.º Estatuto), tendo a então Câmara (actual “ordem”) dos Revisores Oficiais de Contas sido criada, dois anos mais tarde, pela portaria n.º 87/74 de 06 de Fevereiro.

O Estatuto sofreu, desde então e até à presente data, algumas revisões - através do Decreto-Lei n.º 519-L2/79 de 29 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 422-A/93 de 30 de Dezembro e, pelo Decreto-Lei n.º 487/99 de 16 de Dezembro - que visaram o acompanhamento da evolução e das necessidades da profissão a nível internacional, nomeadamente na União Europeia. Com especial ênfase para as alterações resultantes da adopção da Directiva 84/253/CEE do Conselho de 10 de Abril de 1984 agora revogada pela Directiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Maio de 2006, grande responsável pela criação do novo Estatuto em referência.

Este tem como um dos objectivos regular o exercício da actividade de auditoria para a promoção da qualidade e da confiança dos mercados nas funções de auditoria.

A republicação do Estatuto, através do Decreto-Lei n.º 224/2008, resulta da transposição para a ordem jurídica nacional da Directiva 2006/43/CE e visa fazer face às dificuldades sentidas pela profissão, em virtude da ocorrência dos já referidos escândalos internacionais, reabilitando a credibilidade da profissão.

A fim de reforçar a confiança pública na função de revisão legal das contas e de assegurar uma aplicação uniforme dos critérios supra indicados, pode a Comissão aprovar medidas de execução.

Para a existência de revisões legais de contas apropriadas, a Directiva dispõe no sétimo capítulo, que os Estados-Membros devem assegurar a existência de sistemas de inspecção e sanções eficazes que visem a prevenção, detecção e correcção de irregularidades. Este capítulo constitui, desta forma, uma forma de *enforcement* ao trabalho do auditor, induzindo-o a zelar pela correcta implementação das normas e à consequente realização de auditorias de qualidade.

Prevê, ainda, o estabelecimento de sanções efectivas, que devem incluir a eventualidade da revogação da aprovação, que sejam proporcionadas e dissuasoras de revisões legais de contas que não sejam realizadas em conformidade com as disposições adoptadas na directiva.

Na opinião de Soltani (2007, p. 172), os sistemas de sanções disciplinares são um importante instrumento para corrigir e prevenir auditorias de qualidade inadequada. Ao mesmo tempo, são também um meio para a profissão de auditoria demonstrar a sua credibilidade pública.

As medidas ou sanções eventualmente aplicadas devem ser adequadamente divulgadas ao público.

O capítulo oitavo da Directiva 2006/43/CE trata da supervisão da profissão de revisão legal de contas, um dos principais factores para a sua credibilização. É de sobremaneira evidente a preocupação em definir os critérios de supervisão entre os Estados-Membros no âmbito da harmonização a nível comunitário.



A solução legislativa, tal como nos Estados Unidos da América, incluiu a criação de um órgão regulador e supervisor da auditoria, independente dos profissionais e com poderes sancionatórios.

Dispõe, assim, que em cada Estado-Membro deve existir um sistema de supervisão pública dos revisores e sociedades de revisores oficiais de contas assente nos seguintes princípios:

- ✓ Sujeição a supervisão de todas as entidades responsáveis pela revisão legal de contas;
- ✓ Gestão do sistema de supervisão por pessoas que não exerçam a profissão mas que tenham um domínio das matérias relevantes para a revisão legal de contas. Permite, no entanto, caso os Estados-Membros assim o entendam, que uma minoria de profissionais em exercício esteja envolvida na gestão do sistema de supervisão. Todos os intervenientes no sistema de supervisão devem ser seleccionados num sistema de nomeação independente e transparente;
- ✓ O sistema de supervisão terá a responsabilidade final pela supervisão da aprovação e registo dos revisores e sociedades de revisores oficiais de contas, da adopção das normas em matéria de deontologia profissional, de controlo de qualidade interna das sociedades de revisores oficiais de contas e de procedimentos de auditoria, da formação contínua do controlo de qualidade e dos sistemas de inspecção e disciplina;
- ✓ O sistema de supervisão pública deve ter o direito, sempre que necessário, de realizar inspecções junto de revisores e sociedades de revisores oficiais de contas e de tomar as medidas que entender como adequadas;

- ✓ Deve caracterizar-se pela transparência devendo para o efeito proceder à publicação dos trabalhos anuais e dos relatórios de actividade;
- ✓ O seu financiamento deve ser adequado, seguro e isento de influências indevidas por parte de revisores oficiais de contas e/ou de sociedades de revisores oficiais de contas.

As exigências da Directiva não vieram impor, aos Estados-Membros, a criação de novas estruturas de supervisão, quando estes possam aproveitar estruturas públicas já existentes que respeitem ou que, por remodelação, passem a respeitar essas exigências.

Face a tais exigências, e no âmbito da transposição desta Directiva, o Governo Português optou pela criação de um novo organismo, o Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria. Contudo, e dadas as recentes inovações estruturais desenvolvidas em alguns países, depreendemos que alguns Estados-Membros vão optar por calibrar entidades já existentes<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> De forma sumária, vamos elencar algumas opções que têm vindo a ser desencadeadas por Estados-Membros congéneres, Gil e Guiné (2006:43) concluíram que:

Em Espanha, a supervisão da profissão está cometida ao *Instituto de Contabilidad y Auditoria de Cuentas*, que viu, através da *Ley 62/2003*, modificada a sua estrutura e alargado o seu leque de competência, nomeadamente quanto ao poder de zelar pelo adequado dever de independência dos auditores. Quanto à sua forma de financiamento foram estabelecidos os termos de pagamento de uma taxa por cada relatório de auditoria realizado. São ainda entidades de supervisão, nomeadamente o *Banco de España* e a *Comisión Nacional del Mercado de Valores*, aos quais é facultada a possibilidade de requerer aos auditores informações concretas sobre o exercício da actividade de auditoria. A *Comisión Nacional del Mercado de Valores*, viu ainda reforçados os poderes, ao ver-lhe cometida a possibilidade de poder aplicar sanções pecuniárias compulsórias a quem não cumpra o previsto na *Ley del Mercado de Valores*. De referir ainda, que a reforma de 2002, previu a criação de organismos independentes das entidades reguladoras e que assumem a responsabilidade destas na função de atender às queixas, reclamações e de esclarecimento dos investidores, são os *Comisionados para la Defensa del Cliente de Servicios Financieros*. A Directiva 2006/43/CE incide sobre a independência do auditor, contudo, tal preocupação já havia sido tomada em conta aquando da reforma de 2002, de facto a *Ley de Auditoria de Cuentas*, dispõe no seu número 1 do artigo 8º que os auditores de contas devem ser e parecer independentes.

Em França, a reforma de 2003, através da fusão de três autoridades distintas – *Commission des Opérations de Bourse*, o *Conseil des Marchés Financiers*, *Conseil de Discipline de la Gestion Financière* –

O Decreto-Lei n.º 225/2008, de 25 de Novembro, transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de Maio de 2006, relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas e que altera as Directivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho e revoga a Directiva 84/253/CEE do Conselho.

Este Decreto-Lei vem, de acordo com as expectativas existentes, proceder à criação do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria que será responsável pela organização de um sistema de supervisão pública dos revisores oficiais de contas e das sociedades de revisores oficiais de contas.

No âmbito da adopção do novo modelo de supervisão a nível comunitário, o Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria, responsável final pela supervisão do exercício da actividade de auditoria em Portugal, deve assegurar a cooperação e coordenação eficaz com os demais Estados-Membros.

Este modelo, marcado por características de independência, constituiu um dos principais factores responsáveis na opção pela criação do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria. De facto, este organismo assume características de independência. Por outro lado, caso fosse a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas a

---

criou a *Autorité des Marches Financiers* que agregou toda a regulação e supervisão sobre o sector financeiro. A reforma desenvolvida pela França, no que concerne à supervisão, manifesta opções muito semelhantes à reforma norte-americana, de facto, além da criação da *Autorité des Marches Financiers*, criou, entre a *Autorité des Marches Financiers* e a *Compagnie Nationale des Commissaires Aux Comptes*, o *Haut Conseil de Commissariat Aux Comptes*, que se constitui num novo organismo de controlo que é, em muitos aspectos, comparável ao *Public Company Accounting Oversight Board* Norte-Americano. Tem como competências regular a profissão no que diz respeito a deontologia, registo, independência e disciplina dos auditores. Assume também poderes de controlo periódico e inspecção dos auditores.

Em Itália, a supervisão pública dos revisores continua a estar na ordem do dia, assim, por decisão da comissão de 14 de Dezembro de 2005, foi criado um grupo de peritos para aconselhar a comissão e para facilitar a cooperação entre sistemas de supervisão pública dos revisores oficiais de contas e sociedades de revisores oficiais de contas. As competências de supervisão estão afectas à *Commissione Nazionale per le Società e la Borsa*, que inclusivamente, tem visto, através das últimas reformas, serem-lhe reforçadas as competências e poderes atribuídos.

---

assumir estas responsabilidades, poderia, em nossa opinião, não se verificar na sua plenitude.

Assim, ao invés das expectativas manifestadas publicamente, e em diversas ocasiões, por membros destacados da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, nomeadamente pelo ex-bastonário José Vieira dos Reis, a opção portuguesa para a criação da entidade de supervisão no âmbito da Directiva 2006/43/CE não recaiu na escolha da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (devidamente ajustada) para assumir o papel de supervisão geral.

Reis (2008, p. 292) considerava que a ser uma entidade externa a assumir a supervisão de todos os aspectos relacionados com a profissão, tal constituiria uma limitação à Ordem dos Revisores Oficiais de Contas tendo em vista o princípio constitucional da satisfação de uma necessidade pública específica, reconhecida pelo legislador, ao criar a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas para se ocupar de todos esses aspectos.

Considerava, ainda, que seria necessário definir rigorosamente onde começa a responsabilidade (supervisão) da nova entidade e termina a da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e quais os poderes adstritos a cada uma das entidades.

A opção de Portugal pela criação de uma nova entidade - o Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria - manifesta-se, em nossa opinião, mais acertada.

Efectivamente, no nosso país, assumem responsabilidade de supervisão o Banco de Portugal, a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, o Instituto de Seguros de Portugal, a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e a Inspeção-Geral das Finanças.

Nos termos das disposições da Directiva 2006/43/CE, o Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria é composto, na sua maioria, por pessoas que não exercem a profissão de revisor oficial de contas mas que têm conhecimentos nas matérias relevantes para a revisão legal das contas.

Este Conselho integra um representante designado de entre os membros dos respectivos Conselhos de Administração ou Directivo ou de entre os subinspectores gerais, conforme o caso, do Banco de Portugal, Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, Instituto de Seguros de Portugal, Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e da Inspeção-Geral das Finanças. Os membros integrantes assumem a presidência de forma rotativa, por períodos de um ano.

Assim sendo, possuindo cada uma das entidades experiência relevante na supervisão dos diferentes tipos de entidades e mercados (financeiros, seguradoras, sociedade com valores admitidos à negociação, mercados de valores mobiliários...), é nossa convicção, que um trabalho de equipa profícuo pode conduzir a uma entidade de supervisão que concentre as sinergias e preocupações dos diversos interlocutores e que actue de forma eficiente, numa supervisão que permita melhorar a qualidade da auditoria, contribuindo decisivamente para o incremento da credibilidade da informação financeira divulgada.

O Decreto-Lei n.º 225/2008 procura dotar o Conselho de ferramentas jurídicas necessárias ao eficaz exercício das suas atribuições. Destacam-se, entre as atribuições cometidas, a emissão de parecer prévio, de natureza vinculativa, relativamente às normas do sistema de controlo de qualidade, deontológicas e de auditoria e a avaliação do plano anual de controlo de qualidade proposto pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e acompanhamento da sua execução. Tem ainda legitimidade para emitir a regulamentação necessária sobre as matérias compreendidas no âmbito da sua esfera de actuação e promover a coordenação entre as diferentes entidades nacionais com competências em matéria de auditoria.

Em Portugal eram, até à transposição da Directiva 2006/43/CE, qualificadas como entidades de interesse público as entidades cujos valores se encontram admitidos à negociação num mercado regulamentado, bem como as instituições de crédito e as empresas de seguros. A transposição da Directiva, vem alargar esta qualificação a outras

entidades que ficam assim obrigadas a um regime de exigência acrescida em matérias de transparência, fiscalização, independência e de controlo de qualidade. Constituem entidades de interesse público, nos termos do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 225/2008, as seguintes:

- a) Os emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado;
- b) As instituições de crédito que estejam obrigadas à revisão legal das contas;
- c) Os fundos de investimento mobiliário previstos no regime jurídico dos organismos de investimento colectivo;
- d) Os fundos de investimento imobiliário previstos no regime jurídico dos fundos de investimento imobiliário;
- e) As sociedades de capital de risco e os fundos de capital de risco;
- f) As sociedades de titularização de activos, sociedades gestoras de fundos de titularização de activos e fundos de titularização de activos;
- g) As empresas de seguros e resseguros;
- h) As sociedades gestoras de participações, quando as participações detidas, directa ou indirectamente, lhes confirmam a maioria dos direitos de voto nas instituições de crédito referidas na alínea b) e nas entidades do sector segurador;
- i) Os fundos de pensões;
- j) As empresas públicas que, durante dois anos consecutivos, apresentem um volume de negócios superior a € 50.000.000 ou um activo líquido total superior a € 300.000.000.

O Decreto-Lei n.º 225/2008, no seu artigo 3º, dispõe que o órgão de fiscalização destas entidades tem de incluir, pelo menos, um membro independente (nos termos do número 5<sup>o</sup><sup>16</sup> do artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais), com curso superior adequado às funções e conhecimentos em auditoria e contabilidade.

Quando a modalidade de administração e fiscalização adoptada inclua um conselho geral e de supervisão, este deve constituir uma comissão para as matérias financeiras.

Estas exigências não se aplicam a instituições de crédito não autorizadas a desenvolver actividade de recepção de depósitos e a sociedades de capital de risco e de titularização de créditos, atendendo ao tipo de actividade que desenvolvem.

O Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria é um órgão independente, tutelado pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública que assume a responsabilidade final pela supervisão do exercício da actividade de auditoria e, simultaneamente, deve assegurar a colaboração com os outros países comunitários, no âmbito do modelo de supervisão que será implementado na União Europeia.

Desta forma, o Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria assume as responsabilidades de supervisão da actividade de auditoria definidas na Directiva 2006/43/CE pelo que, a obrigatoriedade da inscrição dos revisores e sociedades de revisores oficiais de contas num registo público, disponível para consulta, vai estar centralizado no Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria.

Deste modo, as entidades nacionais responsáveis no âmbito do registo de revisores oficiais de contas e de sociedades de revisores oficiais de contas – a Ordem dos

---

<sup>16</sup> 5 - Considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: a) Ser titular ou actuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da sociedade; b) Ter sido reeleita por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada.

---

Revisores Oficiais de Contas e a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários – terão de comunicar ao Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria os registos que efectuem.

O Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria, no âmbito das suas atribuições, pode adoptar procedimentos como a fiscalização do cumprimento da lei, a instauração de processos de contra ordenação, o recurso a reformulações e a sua difusão. Para o efeito, pode exigir, às entidades supervisionadas, quaisquer elementos e informações julgadas necessárias, intimar pessoas, instalações e agentes dos locais onde proceda a diligências ou instrução de processos.

O Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria, no âmbito dos seus poderes de fiscalização pode, entre outras, supervisionar os processos de inscrição e registos, a formação contínua e as inspecções realizadas a revisores oficiais de contas, bem como realizar inquéritos para averiguar infracções cometidas no exercício da actividade de Auditoria.

Pode, ainda, conduzir inspecções a pedido das autoridades competentes de outros Estados-Membros da União Europeia e fornecer informações requeridas por essas entidades desde que tal se mostre necessário.

De referir que, quer os membros do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria, quer as pessoas que com eles colaborem, estão sujeitos ao dever do segredo relativamente a tudo o que se relaciona com o Conselho.

Na prossecução de uma cooperação eficaz entre os Estados-Membros, é determinado que os mesmos devem assegurar disposições regulamentares dos sistemas de supervisão pública, que permitam uma cooperação eficaz, devendo, para o efeito, cada Estado-Membro nomear uma entidade especificamente responsável por garantir essa cooperação.



Esses acordos devem respeitar o princípio da regulamentação pelo país de origem e da supervisão pelo Estado-Membro em que foi aprovado onde a entidade tem a sua sede estatutária.

A Oitava Directiva, apresenta um conceito de modelo de cooperação entre as autoridades competentes dos Estados-Membros, nos termos do qual, os reguladores de determinado Estado-Membro assumem a responsabilidade pela supervisão das entidades aí sedeadas. Estas empresas têm, assim, a faculdade de trabalhar em diferentes Estados-Membros sem serem sujeitas a supervisão adicional.

Nesse sentido, nas situações em que uma sociedade vê os seus valores mobiliários negociados em Estado-Membro diferente daquele em que tem a sua sede, não pode o Estado-Membro onde é realizada a negociação, impor quaisquer requisitos adicionais, no âmbito dessa revisão, no que concerne ao registo, à verificação do controlo de qualidade, às normas de auditoria, à deontologia profissional e à independência do revisor oficial de contas.

Os Estados-Membros devem comunicar à Comissão a designação da ou das entidades competentes para efeitos das atribuições previstas nesta Directiva, devendo contudo, zelar na sua organização pela inexistência de conflitos de interesses.

As autoridades competentes dos diversos Estados-Membros devem cooperar e prestar assistência entre si, de forma a assegurar o cumprimento das suas responsabilidades no âmbito da Directiva através, especialmente, da troca de informações e cooperação no quadro de inspecções no quadro das revisões legais de contas.

É extensível, a todas as pessoas e/ou entidades envolvidas com as autoridades competentes, a obrigatoriedade do sigilo profissional podendo, no entanto, ser trocadas informações confidenciais de forma atempada e sempre ao abrigo do sigilo profissional

salvo excepções previstas na lei, nos regulamentos ou nos procedimentos administrativos de um Estado-Membro.

Nos casos em que as autoridades competentes não possam fornecer atempadamente as informações requeridas, devem notificar as demais das respectivas razões, podendo ainda, recusar-se a responder a um pedido de informação quando exista motivo de força maior previsto no número 4 do artigo 36º da Directiva<sup>17</sup>.

Esta directiva estabelece ainda procedimentos para o intercâmbio de informações entre órgãos de supervisão dos Estados-Membros, constata Soltani (2007, p. 165).

O sentido de cooperação entre autoridades competentes deve ser aplicado também aquando da detecção ou suspeita irregularidades em território de outro Estado-Membro. Nesses circunstâncias deve a primeira notificar a segunda, de forma o mais específica possível, podendo manifestar a pretensão de acompanhar a investigação, a qual será

---

<sup>17</sup> 4. As autoridades competentes devem fornecer sem demora indevida, a pedido, quaisquer informações requeridas para os fins previstos do n.º 1. Sempre que necessário, as autoridades competentes destinatárias desse pedido devem tomar sem demora indevida as medidas necessárias a fim de recolher as informações requeridas. As informações fornecidas devem estar abrangidas pela obrigação de sigilo profissional a que se encontram sujeitas as pessoas empregadas ou anteriormente empregadas pelas autoridades competentes que receberam as informações.

Caso as autoridades competentes solicitadas não possam fornecer sem demora indevida as informações requeridas, devem notificar as autoridades competentes requerentes das respectivas razões.

As autoridades competentes podem recusar-se a responder a um pedido de informação quando: a) A prestação de informação possa afectar de modo negativo a soberania, a segurança ou a ordem pública do Estado-Membro requerido ou violar regras de segurança nacional; ou b) Já tiverem sido iniciados processos judiciais relativamente às mesmas medidas e contra os mesmos revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas perante as autoridades do Estado-Membro requerido; ou c) Tiver sido proferida sentença transitada em julgado relativamente às mesmas medidas ou contra os mesmos revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas pelas autoridades competentes do Estado-Membro requerido. Sem prejuízo das obrigações a que estão sujeitas no quadro de processos judiciais, as autoridades competentes que recebem informações nos termos do n.º 1 podem utilizá-las apenas para efeitos do exercício das suas atribuições no âmbito da presente directiva e no contexto de processos administrativos ou judiciais relacionados especificamente com o exercício dessas atribuições.

aceite ou não pelo Estado-Membro que irá desenvolver a investigação sujeita ao seu controlo geral.

No que diz respeito à supervisão, em nossa opinião, a Directiva 2006/43/CE, poderia e deveria ter ido mais além, definindo a criação de uma entidade de supervisão a nível europeu, responsável pela tutela das entidades de supervisão dos Estados-Membros, à qual teriam de reportar.

#### 4.4. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Directiva 2006/43/CE, pela relevância que assume na profissão de auditoria merece, em nosso entender, uma análise às demais temáticas nela tratadas.

Apesar da sua preponderância incidir essencialmente nos temas que analisámos, independência e supervisão, existe, em nossa opinião, um leque de disposições que não podem ser dissociadas e que são essenciais para a obtenção da desejada credibilidade da informação financeira.

Aspectos como a confidencialidade e o sigilo profissional, a utilização das Normas Internacionais de Auditoria, a deontologia profissional, a designação e destituição dos revisores oficiais de contas, a publicidade, a cooperação institucional, entre outros, são aspectos que, ainda que indirectamente, afectam a independência e supervisão e contribuem para a formação da profissão.

A Directiva 2006/43/CE, na opinião de Reis (2008, p. 259), constitui a base para uma cooperação internacional eficaz com as autoridades de regulação de países terceiros, o que se afigura progressivamente relevante pela interligação dos mercados de capitais a nível mundial.

A “nova” Oitava Directiva, a nosso ver, vem assumir-se como a matriz da profissão de auditoria na União Europeia. Como tal, é responsável por alguns ajustamentos às quarta e sétima directivas e revoga a, até então, Oitava Directiva.

A Directiva 78/660/CEE de 25 de Julho 1978, designada por Quarta Directiva, teve como objectivo garantir a adopção, pelos Estados-Membros, de um conjunto de regras mínimo relativo às contas anuais de sociedades de responsabilidade limitada.

Esta directiva foi adoptada por Portugal em 1986, na sequência da adesão à Comunidade Europeia e transposta pelo Decreto-Lei n.º 262/86 de 2 de Setembro.

Dispõe sobre a matéria das contas anuais de sociedades de responsabilidade limitada – no caso Português das sociedades anónimas, sociedades por quotas, sociedades em comandita por acções e mais tarde, sociedades em nome colectivo e em comandita simples – e aprovou um conjunto de medidas de coordenação de legislações nacionais respeitantes à estrutura e conteúdo das contas anuais, do relatório de gestão e dos métodos de avaliação dos elementos do activo e passivo a incluir nas contas consolidadas<sup>18</sup>. Estabelece regras de valorimetria, e dispõe sobre a estrutura do balanço e da conta de ganhos e perdas, do conteúdo do anexo e do relatório de gestão, bem como à publicidade desses documentos.

A Directiva 78/660/CEE dispõe ainda que as contas anuais destas entidades devem ser objecto de fiscalização por revisor oficial de contas.

A Directiva 83/349/CEE de 13 de Junho de 1983, designada por Sétima Directiva, regula as contas consolidadas sendo transposta para o direito interno Português pelo Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de Julho e pelo Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março.

Resultou da constatação de que existiam diversos grupos empresariais formados por sociedades que tinham relações de dependência entre si e, como tal, da consequente necessidade de obter conhecimento global e unificado da situação económica desses grupos o que se afigurava fundamental para preservar a segurança, a confiança dos investidores e do público em geral.

---

<sup>18</sup> A Directiva 78/660/CEE, no seu artigo 29º dispõe: 1. Os elementos do activo e do passivo a incluir nas contas consolidadas devem ser avaliados de acordo com métodos uniformes e em conformidade com as Secções 7 e 7-A e com o artigo 60.º da Directiva 78/660/CEE. 2. a) A empresa que elabora as contas consolidadas deve aplicar os mesmos métodos de avaliação que os aplicados às suas próprias contas anuais.

---

A Sétima Directiva, dispõe que as contas consolidadas sejam elaboradas de forma clara e que forneçam, na medida do possível, uma imagem rigorosa, da posição financeira e dos resultados do grupo de empresas como se de uma só se tratasse.

Dispõe ainda que esses grupos de empresas vejam as suas contas sujeitas à apreciação e aprovação por um revisor oficial de contas e a sua posterior publicitação.

Consequentemente, foram surgindo novas directivas que propõem alterações pontuais - sobre a publicidade, âmbito, critérios de valorimetria, alteração de normas - como são exemplo as directivas:

- ✓ Directiva 89/666/CEE de 21 de Dezembro, relativa à publicidade das sucursais criadas num Estado-Membro, transposta pelo Decreto-Lei n.º 225/92 de 21 de Outubro, alterando os artigos 66º e 171º do Código das Sociedades Comerciais.
- ✓ Directiva 90/604/CEE de 8 de Novembro, relativa às contas anuais e às contas consolidadas no que se refere às derrogações a favor das pequenas e médias sociedades bem como à publicação das contas em ecus, transposta pelo Decreto-Lei n.º 127/95 de 1 de Junho;
- ✓ Directiva 90/605/CEE de 8 de Novembro, respeita ao alargamento do âmbito de aplicação das contas anuais e consolidadas às sociedades em nome colectivo e em comandita simples, transposta pelos Decretos-Lei n.º 127/95 de 1 de Junho e 328/95 de 9 de Dezembro;
- ✓ Directiva 2001/65/CE de 27 de Novembro, relativa às regras de valorimetria aplicáveis às contas anuais e consolidadas de certas formas de sociedades, bem como dos bancos e de outras instituições financeiras, transposta pelo Decreto-Lei

---

Todavia, os Estados-Membros podem autorizar ou determinar outros métodos de avaliação de acordo com os artigos atrás referidos da Directiva 78/660/CEE.

---

n.º 88/2004, que altera o Código das Sociedades Comerciais nos seus artigos 66º e 508º-C, no que concerne à valorização pelo justo valor dos activos e passivos financeiros.

- ✓ Directiva 2003/51/CE de 18 de Junho, relativa às contas anuais e consolidadas visando assegurar a coerência entre a legislação contabilística comunitária e as Normas Internacionais de Contabilidade, transposta pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, vem definir, entre outras, as condições de aplicação e dispensa de consolidação de contas.

A “nova” Oitava Directiva vem efectuar uma reformulação total da “antiga” e vem alargar o campo de incidência da mesma. De facto, a “antiga” teve na sua génese a necessidade de harmonizar as qualificações das pessoas habilitadas a efectuar a revisão legal de contas enquanto que, a “nova” Oitava Directiva, teve na sua génese alguns temas tais como:

- ✓ Os entraves à prestação de serviços de auditoria transfronteiriços;
- ✓ A adopção de um conjunto de normas e procedimentos de auditoria geralmente aceites, com base nas Normas Internacionais de Auditoria emitidas pela IFAC;
- ✓ Normalização dos relatórios de auditoria;
- ✓ Necessidade de supervisão da actividade de auditoria por um órgão público independente;
- ✓ Necessidade de cooperação entre entidades de supervisão;
- ✓ Estabelecimento e desenvolvimento de regras restritas quanto à independência;
- ✓ Protecção de dados pessoais;

- ✓ Regras quanto à designação, destituição e renúncia de auditores;
- ✓ Sujeição dos auditores a normas deontológicas que sejam exigentes e que abranjam a sua responsabilidade em matéria de interesse público, integridade, objectividade, competência e zelo profissional;
- ✓ Vinculação dos auditores a regras muito restritas em matéria de confidencialidade e de sigilo profissional, etc.

A Oitava Directiva irá conduzir a uma profissão mais europeia e mais harmonizada com as práticas universais, pelo que, no nosso entender, interessa proceder à sua análise.

No seu primeiro capítulo, refere como objectivo, o estabelecimento de regras relativas à revisão legal das contas anuais e consolidadas.

Neste capítulo são apresentadas algumas definições que consideramos essenciais para a correcta compreensão da Directiva e para a definição, sem ambiguidades, do seu âmbito de aplicação, como sejam, entre outras, as definições de: revisão legal das contas, revisores oficiais de contas, sociedade de revisores oficiais de contas, entidade de auditoria de um país terceiro, filiada de uma sociedade de revisores oficiais de contas, relatório de auditoria ou certificação legal das contas, autoridades competentes, Normas Internacionais de Contabilidade, entidades de interesse público.

O capítulo segundo da Directiva dispõe sobre os requisitos necessários para aprovação e acesso à profissão e a definição das autoridades competentes responsáveis pela aprovação dos revisores e sociedades de revisores.

Define, ainda, a característica qualitativa da idoneidade como requisito essencial para aprovação.

Neste capítulo são também descritas as qualificações académicas necessárias para aprovação na profissão, a necessidade da realização de um exame de aptidão profissional e a definição de matérias a abranger na prova de conhecimentos teóricos.



O capítulo terceiro incide sobre o registo, definindo que cada Estado-Membro deve possuir um registo público, quais os seus requisitos e a necessidade da sua actualização.

Na prossecução do objectivo de credibilização da função de revisão legal de contas, define a Directiva no seu capítulo quarto, que os revisores oficiais de contas e as sociedades de revisores oficiais de contas devem estar adstritos a princípios de deontologia profissional. Esses princípios devem considerar pelo menos a sua função de interesse público, a sua integridade e objectividade e a sua competência e diligência profissionais.

No que concerne à confidencialidade e sigilo profissional, dispõe a directiva, que os Estados-Membros devem assegurar, com base em regras adequadas, a protecção das informações e documentos a que têm acesso o revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas. Não obstante, o revisor oficial de contas cessante deve facultar, ao novo revisor oficial de contas, todas as informações pertinentes relativamente à entidade examinada.

A confidencialidade e sigilo profissional assumem, no nosso entender, um papel importante no equilíbrio e no correcto funcionamento dos mercados de capitais. O revisor deve desenvolver uma conduta idónea pois o conhecimento de informação privilegiada que possui é susceptível de, por exemplo, proporcionar vantagens competitivas que iriam desvirtuar a autoregulação dos mercados.

Determina-se ainda, no artigo 25º, que sejam asseguradas pelos Estados-Membros regras que disponham sobre os honorários relativos às revisões legais de contas de modo a que estes não sejam influenciados ou determinados pela prestação de serviços adicionais à entidade examinada, nem se possam basear em qualquer forma de contingência.

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, na revisão do seu estatuto, e no que concerne a honorários, prevê o funcionamento de um mercado livre concorrencial. Não obstante, devem ser, razoavelmente, estabelecidos em função da natureza, extensão,

profundidade e morosidade necessária à execução do trabalho de acordo com as normas de auditoria aprovadas e reconhecidas.

Os Estados-Membros devem, nos termos do capítulo quinto, exigir que as revisões legais de contas sejam realizadas de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (aprovadas pela comissão com base num processo adequado), sob supervisão pública, num quadro de transparência.

A introdução das Normas Internacionais de Auditoria foi requerida pela Directiva a fim de aumentar e harmonizar a qualidade da auditoria em toda a União Europeia, constituindo a sua utilização comum um elemento chave para a obtenção de um elevado nível de qualidade na auditoria, tal como refere Soltani (2007, p. 164,171).

Apesar deste alinhamento pelas Normas Internacionais de Auditoria, é permitida a adopção de uma norma nacional quando a Comissão não tiver adoptado uma norma internacional sobre a mesma matéria.

A possível introdução de adicionais ou a eliminação de partes das normas internacionais terão de ser, previamente à sua adopção, comunicadas à Comissão e aos demais Estados-Membros.

Em Portugal, as normas internacionais do *International Federation of Accountants* têm servido de referencial à Ordem dos Revisores Oficiais de Contas para a produção das suas próprias normas nacionais. No levantamento feito pela *Fédération des Experts Comptables Européens*, verificou-se que Portugal era um dos países da Europa que dispunha de normas nacionais com menos divergências relativamente às internacionais, conforme concluíram Duarte, Valério e Leote (2003, p. 39).

No âmbito da estratégia de harmonização as Normas Internacionais de Auditoria são, em nossa opinião, cruciais para a credibilização das demonstrações financeiras dado que

permitem alcançar bases de comparabilidade essenciais para a desejada transparência e fiabilidade da informação financeira.

Em relação à revisão legal de contas consolidadas, a Directiva estabelece que, é da responsabilidade do revisor oficial de contas do grupo o relatório de auditoria e/ou a certificação legal das contas.

Com efeito, deve o revisor do grupo proceder à análise e conservação da documentação de suporte dos trabalhos de auditoria realizados por revisores de países terceiros e outros revisores e sociedades relacionadas com o grupo. A documentação conservada deve ser a adequada para a correcta verificação por parte das entidades de supervisão competentes.

No que concerne ao relatório de auditoria e/ou à certificação legal das contas, a Directiva dispõe que os mesmos devem ser assinados pelo(s) revisor(es) de contas que efectuaram o trabalho de revisão por conta da sociedade de revisores. Prevê ainda que, excepcionalmente, os Estados-Membros podem dispor de modo a que essa assinatura não seja divulgada nos casos em que a mesma possa ocasionar uma ameaça iminente e significativa à segurança pessoal.

O capítulo nono da Directiva trata da matéria relacionada com a designação e a destituição do revisor oficial de contas ou da sociedade de revisores oficiais de contas.

A designação do revisor oficial de contas ou da sociedade de revisores oficiais de contas, deve ser realizada pela Assembleia-Geral de accionistas ou membros da entidade examinada. Podem ser autorizados pelos Estados-Membros sistemas ou modalidades de designação alternativos, desde que concebidos de modo a assegurar a independência do revisor ou da sociedade de revisores oficiais de contas, relativamente aos membros executivos do órgão de administração ou ao órgão de direcção da entidade examinada.

Deve ser assegurado pelos Estados-Membros que a destituição dos revisores oficiais de contas ou das sociedades de revisores oficiais de contas, apenas possa ser efectuada quando existam razões válidas para tal, não sendo uma delas, a divergência de pontos de vista relativamente ao tratamento contabilístico ou a procedimentos de auditoria.

Quando aconteça a destituição ou demissão antes do termo de designação com base em explicação adequada devem, quer a entidade examinada, quer o revisor oficial de contas ou a sociedade de revisores oficiais de contas, proceder à informação à autoridade de supervisão pública responsável.

De forma a transpor estas disposições, a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, na republicação do seu Estatuto procedeu a alterações ao regime de designação dos revisores oficiais de contas, indo ao encontro das disposições do Código das Sociedades Comerciais e do Código de Mercado de Valores Mobiliários.

O capítulo décimo primeiro dispõe que, numa base de reciprocidade, os Estados-Membros possam proceder à aprovação de um revisor oficial de contas proveniente de um país terceiro, desde que este satisfaça os requisitos equivalentes aos dispostos na Directiva, ficando estes sujeitos aos sistemas de supervisão pública, de controlo de qualidade, de inspecções e sanções do Estado-Membro em que se encontrar registado.

Interessa realçar que, para a aprovação dos revisores oficiais de contas de outros Estados-Membros, os procedimentos não devem ir além da obrigação de obter aprovação numa prova de aptidão, com vista a verificar a sua adequação devendo incidir sobre o conhecimento adequado da legislação e regulamentação do Estado-Membro em causa.

A Directiva admite ainda, a isenção de países terceiros à sujeição ao controlo de qualidade quando o país terceiro tenha sido reconhecido como equivalente nos termos da Directiva e tiver realizado uma verificação de controlo de qualidade do revisor oficial de contas.

Relativamente à cooperação com autoridades competentes de países terceiros, a Directiva refere que os Estados-Membros podem autorizar a transferência de documentos de trabalho de revisão ou de outros documentos detidos pelos revisores oficiais de contas ou pelas sociedades de revisores oficiais de contas nos termos das alíneas a), b), c), d) e e) no número 1<sup>19</sup> do artigo 47º da Directiva.

Neste último capítulo da Directiva, de realçar a criação de um órgão que tem como funções assistir à Comissão e que se substancia num Comité de Regulamentação de Auditoria. Composto por representantes dos Estados-Membros e presidido por um representante da Comissão, o Comité aprova o seu próprio regulamento interno definindo as suas linhas de actuação.

De referir ainda que, relativamente aos revisores oficiais de contas e às sociedades de revisores de contas aprovados pelas autoridades competentes, nos termos da Directiva 84/253/CE, são considerados como tendo sido aprovados nos termos da presente Directiva.

De salientar também que esta Directiva prevê, relativamente às diversas temáticas, requisitos mínimos, podendo os Estados-Membros optar por requisitos mais exigentes, salvo disposições em contrário.

---

<sup>19</sup> 1. Os Estados-Membros podem autorizar a transferência para as autoridades competentes de um país terceiro dos documentos de trabalho de revisão ou auditoria ou de outros documentos detidos pelos revisores oficiais de contas ou pelas sociedades de revisores oficiais de contas por si aprovados, desde que: a) Esses documentos de trabalho de revisão ou auditoria ou outros documentos se relacionem com a revisão ou auditoria de sociedades que tenham emitido valores mobiliários nesse país terceiro ou façam parte de um grupo que publica contas consolidadas legais nesse país terceiro; b) A transferência seja realizada através das autoridades competentes do país de origem para as autoridades competentes desse país terceiro e a seu pedido; c) As autoridades competentes do país terceiro em causa satisfaçam os requisitos considerados adequados, de acordo com o n.º 3; d) Tenham sido celebrados acordos de colaboração com base na reciprocidade entre as autoridades competentes em causa; e) A transferência de dados pessoais para o país terceiro se processe em conformidade com o capítulo IV da Directiva 95/46/CE.

---

As disposições da Directiva devem ser adoptadas e vigorar a partir de 29 de Junho de 2008.

A Directiva 2006/43/CE foi recentemente alterada. A Directiva 2008/30/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março de 2008, vem, relativamente às competências de execução atribuídas à Comissão, e, na sequência da introdução do procedimento de regulamentação com controlo, dispor que a norma que estabelece um limite no tempo para a delegação na Comissão de competências de execução seja suprimida.

Em nossa opinião, o grande desafio futuro que a Directiva 2006/43/CE impõe, prende-se com a necessidade de conseguir o mútuo reconhecimento de revisores oficiais de contas entre a União Europeia e os Estados Unidos da América.

Historicamente, são conhecidas as divergências entre as estruturas conceptuais e as bases subjacentes das normas contabilísticas e de auditoria entre os dois continentes. Os Estados Unidos da América pautam as suas políticas assentes em bases mais rígidas e em regras bem definidas, enquanto que, na Europa, e por força do processo de harmonização que vem sendo desenvolvido, as políticas tendem a ser assentes em princípios pelo que, são necessárias cedências mútuas no sentido da cooperação internacional.

Tal só será possível se existir uma supervisão em base nacional, procurando a isenção de registo entre revisores oficiais de contas nos dois continentes.

Para tal, a União Europeia terá de oferecer condições de segurança efectiva de supervisão idênticas às aceites pelos Estados Unidos da América, pelo que, esperamos que daqui resulte não uma cedência total mas sim uma convergência consensual.

## 5. CONCLUSÃO

No seio da União Europeia, e perante a utilização de normas contabilísticas distintas que conduziam inevitavelmente a divulgação financeira dissemelhante e não contribuíam para a credibilização da informação financeira, era urgente o desenvolvimento de uma estratégia de harmonização que mitigasse as diferenças.

A estratégia adoptada pela União Europeia para fazer face à necessidade de harmonização internacional consistiu na adopção das Normas Internacionais de Contabilidade de modo a facultar a preparação de informação financeira em bases comuns possibilitando a sua comparabilidade.

O processo de harmonização e normalização, através do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, ao fomentar a utilização das Normas Internacionais de Contabilidade nos Estados-Membros, assume particular e primordial importância na comparabilidade da informação financeira.

A adopção do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 proporcionou alguns benefícios, tanto presentes como futuros, como sejam a apresentação de um único conjunto de contas em diferentes mercados o que proporciona a redução de custos significativos, a aceitação directa das contas das entidades emitentes nacionais nas diversas praças de outros Estados-Membros e a facilidade de acesso à captação de recursos junto de investidores internacionais.

Com o decorrer do tempo, na maioria dos Estados-Membros, tem-se verificado que os destinatários da informação financeira têm alterado. Historicamente, a informação financeira era destinada aos sócios, empregados, utilizadores com ligações directas e

administração fiscal enquanto que, nos dias de hoje, ainda que alguns destes utilizadores se mantenham, é evidente que os principais utentes são os investidores.

No entanto, o caso Português é um pouco peculiar. Não obstante as sociedades que adoptaram as Normas Internacionais de Contabilidade apresentarem um volume de negócios significativo, a realidade é que o nosso tecido empresarial é maioritariamente composto por pequenas, médias e microempresas.

Estamos assim perante um problema. Efectivamente, as empresas que adoptem as Normas Internacionais de Contabilidade (por imposição ou opção) emitem informação financeira comparável à dos demais Estados-Membros, contudo, a sua informação financeira não é comparável com as demais entidades nacionais provocando, inclusivamente, entraves à relação entre a contabilidade e a fiscalidade.

Em Portugal, na tentativa de fazer face a estas diferenças, a Comissão de Normalização Contabilística apresentou uma proposta que visa a sua redução. A proposta do Sistema de Normalização Contabilística divide as empresas em dois níveis, no que respeita à preparação das demonstrações financeiras: um nível destinado às empresas que adoptem as Normas Internacionais de Contabilidade aceites pela União Europeia e um outro, contruído tendo por base as mesmas normas, mas que apresenta níveis de exigência e de divulgação mais reduzidos, destinado às micro, pequenas e médias empresas mas que, ainda que com limitações, pretende possibilitar a comparação entre a informação financeira preparada com base nos níveis referidos.

É nossa convicção que, e apesar do esforço a desenvolver essencialmente pelas entidades de menor dimensão, o caminho a seguir teria de ser sempre idêntico ao traçado pela Comissão de Normalização Contabilística.

Face à aprovação do Sistema de Normalização Contabilística proposta pelo Comissão de Normalização Contabilística, em nosso entender, é imprescindível promover



mecanismos de *enforcement*, essencialmente no âmbito de empresas que não estão sujeitas a revisão legal de contas.

Os investidores, que na sua maioria, não têm um conhecimento do funcionamento interno das instituições, necessitam que a informação financeira disponibilizada pelas empresas seja, além de comparável, credível.

A credibilidade assenta, por um lado, na competência, na integridade e na independência dos auditores e, por outro lado, na imagem que projectam e na confiança que neles depositam todos quantos recorrem aos seus serviços.

Sob essa égide surge a Directiva 2006/43/CE, que vem contribuir para um incremento da credibilidade da informação financeira, através da exigência nos trabalhos de revisão, do controlo de qualidade dos revisores oficiais de contas e do reforço da sua independência e supervisão.

A introdução na ordem jurídica nacional das disposições da Directiva 2006/43/CE não oferece dificuldades de maior, uma vez que, a legislação nacional foi introduzindo gradualmente as disposições comunitárias tendo, inclusivamente, em algumas situações, ido mais além.

Foram necessários, ainda assim, alguns ajustamentos. Os mais importantes relacionados com a inovação provocada pelo facto de as revisões legais de contas passarem a ser realizadas de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria aprovadas pela Comissão Europeia e pelo reforço da supervisão da profissão.

Em Portugal, há muito que se assiste ao reforço da credibilidade e qualidade dos serviços de revisão legal de contas.

De facto, a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas tem vindo a introduzir nas suas próprias normas conceitos e procedimentos constantes das Normas Internacionais de

Auditoria e da experiência entretanto adquirida, resulta que, nesta fase, apenas estaremos sujeitos a ajustamentos pontuais com vista à afinação do modelo.

Os principais ajustamentos resultam do facto de, em Portugal, os revisores oficiais de contas se encontrarem, muitas vezes, integrados nos órgãos sociais da empresa (nomeadamente no órgão de fiscalização) o que não se coaduna com as disposições da Directiva 2006/43/CE.

Efectivamente, todas as disposições da Directiva relacionadas com aspectos internacionais carecem de alterações legislativas nos normativos nacionais.

Como tal, carecem também de legislação, as disposições referentes aos acordos de cooperação, nomeadamente, entre Estados-Membros, entre as autoridades competentes dos mesmos e os referentes ao relacionamento entre revisores oficiais de contas.

A Directiva 2006/43/CE propõe-se promover a qualidade da auditoria através da independência dos auditores e das instituições responsáveis pela sua supervisão.

Prevê o ajustamento ou a criação de novas entidades responsáveis pela supervisão nos Estados-Membros, não prevendo contudo, a criação de uma entidade que promova a cooperação entre os sistemas de supervisão pública a nível comunitário, o que seria, em nossa opinião, desejável.

A Directiva 2006/43/CE constitui, em nossa opinião, uma fonte de repressão das práticas ilícitas e negligentes, susceptível de contribuir para o incremento da qualidade e restauro da confiança pública na realização das revisões legais de contas.

Para a eficiência do mercado único, designio da União Europeia, é necessário que todas as entidades, não só os preparadores, auditores, mas também os próprios reguladores estejam envolvidos no processo de harmonização, falando a uma só voz, quer internamente quer nas posições externas.

O caminho é longo e infinito, mas apesar de se ter iniciado tardiamente, é nossa opinião, que se esta a seguir a rota certa.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Câmara, P.**, 2003, *A actividade de auditoria e a fiscalização de sociedades cotadas – definição de um modelo de supervisão*, Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários, n.º 16, ABR/2003.
- Comissão das Comunidades Europeias, **CEC**, 2008, *Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade*.
- Comissão das Comunidades Europeias, **CEC**, 2009, *Proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que institui um programa comunitário de apoio a actividades específicas no domínio dos serviços financeiros, da informação financeira e da auditoria*.
- Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários, **CMVM**, 2000, *Regulamento n.º 6/2000 Auditores*.
- Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários, **CMVM**, 2007-A, *Recomendação – Código de Governo das Sociedades*.
- Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários, **CMVM**, 2007-B, *Resultados do Inquérito Organização e meios para a prestação de serviços de auditoria*.
- Comissão Económica Europeia, **CEE**, 1978, Directiva 78/660/CEE do Conselho, de 25 de Julho de 1978, *JOCE L 222*, 1978.
- Comissão Económica Europeia, **CEE**, 1983, Directiva 83/349/CEE do Conselho, de 13 de Junho de 1983, *JOCE L 193*, 1983.
- Comissão Económica Europeia, **CEE**, 1984, Directiva 84/253/CEE do Conselho, de 10 de Abril de 1984, *JOCE L 126*, 1984.
- Comissão Económica Europeia, **CEE**, 1989, Directiva 89/666/CEE do Conselho, de 21 de Dezembro de 1989, *JOCE L 395*, 1989.
- Comissão Económica Europeia, **CEE**, 1990, Directiva 90/604/CEE do Conselho, de 08 de Novembro de 1990, *JOCE L 317*, 1990.
- Comissão Económica Europeia, **CEE**, 1990, Directiva 90/605/CEE do Conselho, de 08 de Novembro de 1990, *JOCE L 317*, 1990.
- Comissão Europeia, **CE**, 2001, Directiva 2001/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Setembro de 2001, *JOCE L 283*, 2001.

- Comissão Europeia, **CE**, 2002, Recomendação n.º 2002/590/CE, da Comissão, de 16 de Maio. *A Independência dos Revisores Oficiais de Contas na UE: Um Conjunto de Princípios Fundamentais*.
- Comissão Europeia, **CE**, 2002, Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, *JOCE*, L 243, 2002.
- Comissão Europeia, **CE**, 2003, Directiva 2003/51/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho de 2003, *JOCE* L 178, 2003.
- Comissão Europeia, **CE**, 2006, Directiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio de 2006, *JOCE*, L 157, 2006.
- Comissão Europeia, **CE**, 2008, Directiva 2008/30/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março de 2008. *JOCE*, L 81, 2008.
- Costa**, C. B., 2007, *Auditoria Financeira – Teoria e Prática*, Editora Rei dos Livros.
- Cravo**, D. J., 2004, *O processo de Harmonização Contabilística Europeia*, Acção levada a cabo pela CTOC.
- Cravo**, D. J., 2005, *Algumas notas acerca da reforma do ordenamento contabilístico em Portugal*.
- Cunha**, V. e **Martins**, A., 2007, *Uma visão económica da questão do governo das empresas*, *Jornal da Contabilidade*, n.º 367.
- Decreto-Lei** n.º 127/1995, de 01 de Junho.
- Decreto-Lei** n.º 224/2008, de 20 de Novembro.
- Decreto-Lei** n.º 225/1992, de 21 de Outubro.
- Decreto-Lei** n.º 225/2008, de 20 de Novembro.
- Decreto-Lei** n.º 328/1995, de 09 de Dezembro.
- Decreto-Lei** n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.
- Decreto-Lei** n.º 84/2004, de 20 de Abril.
- Duarte**, M. C. S. C. S. A., **Valério**, P. A. G. P. H. e **Leote**, F. J. M., 2003, *Proposta de aplicação das Normas Internacionais de Revisão/Auditoria*, *Revista Revisores e Empresas*, n.º 21, Abr-Jun/2003.
- Duque**, J., 2003, *As recomendações da União Europeia para o sector de auditoria*, *Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários*, n.º 16, Abr/2003.
- ECOFIN**, Nota Dirigida ao Conselho Informal, 2004, *Assunto: Uma primeira resposta da UE às questões relacionadas com a Enron*, disponível em <http://ec.europa.eu>.
- Freire**, M., 2002, *A importância das Normas Internacionais de Contabilidade e a sua aplicação na Europa*, *Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários*, n.º 15, Dez/2002.
-

**Gil, J. e Guiné, O. V.**, 2006, *Protecção dos investidores e “audit Society*. Nótulas acerca das tendências normativas de protecção dos investidores perante o poder das empresas”, Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários, n.º 23, Abr/2006.

**Guimarães, J.**, 2003, *Estratégia de Auditoria na União Europeia para 2004/2006*, disponível em <http://www.jmmsroc.pt>.

**Guimarães, J.**, 2008, *O Estatuto da ordem dos ROC em Revisão*, disponível em <http://www.jmmsroc.pt>.

**Réis, J. V.**, 2008, *Revisão e Auditoria às Contas – Intervenções do Bastonário*, Almedina.

**Sarbanes-Oxley Act**, 2002, de 30 de Julho de 2002, EUA, (2002).

**Soltani, B.**, 2007, *Auditing – An International Approach*, Pearson Education.